

MARIANA FERREIRA RODRIGUES

**REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO
ADOLESCENTE NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM
CAMPINAS: O REAL, O NECESSÁRIO E O
POSSÍVEL**

PUC Campinas

2015

MARIANA FERREIRA RODRIGUES

**REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO
ADOLESCENTE NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM
CAMPINAS: O REAL, O NECESSÁRIO E O
POSSÍVEL**

Projeto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida PUC- Campinas como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia - área de concentração Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Prfª Drª Raquel Souza Lobo Guzzo.

PUC-Campinas

2015

Ficha Catalográfica

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e

Informação - SBI - PUC-Campinas

t302
R696r

Rodrigues, Mariana Ferreira.
Rede de proteção à criança e ao adolescente na assistência social
em Campinas: o real, o necessário e o possível / Mariana Ferreira Ro-
drigues. – Campinas: PUC-Campinas, 2015.
129p.

Orientadora: Raquel Souza Lobo Guzzo.
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.

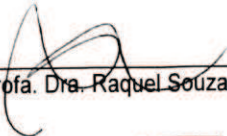
1. Psicologia social. 2. Assistência à menores. 3. Crianças - Maus- tratos. 4.
Violência familiar. I. Guzzo, Raquel Souza Lobo. II. Pontifícia Universidade
Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação em
Psicologia. III. Título.

22. ed. CDD – t302

MARIANA FERREIRA RODRIGUES

**REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO
ADOLESCENTE NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM
CAMPINAS: O REAL, O NECESSÁRIO E O
POSSÍVEL**

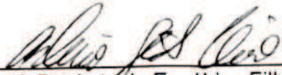
BANCA EXAMINADORA



Presidente Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo.



Profa. Dra. Mirian Faury.



Prof. Dr. Antonio Euzébios Filho.

**PUC-CAMPINAS
2015**

O que o mercado, o Estado, uma “ciência” e um senso comum dominantes – mas dominados por uma perspectiva conservadora, acrítica e quantitativa – nunca “dizem” é que existem condições “sociais” para o sucesso supostamente “individual”. O que todos escondem é que não existe o “talento inato”, o mérito “individual” independentemente do “bilhete premiado”, de ter nascido na família certa, ou melhor, na classe social certa. O indivíduo privilegiado por um aparente “talento inato” é, na verdade, produto de capacidades e habilidades transmitidas de pais para filhos por mecanismos de identificação afetiva por meio de exemplos cotidianos, assegurando a reprodução de privilégios de classes indefinidamente no tempo. Disciplina, capacidade de construção, pensamento prospectivo (que enseja o cálculo e a percepção da vida como um afazer racional) são capacidades e habilidades da classe média e alta que possibilitam primeiro o sucesso escolar de seus e depois o sucesso deles no mercado de trabalho. O que vai ser chamado de “mérito individual” mais tarde e legitimar todo o tipo de privilégio não é um milagre que “cai do céu”, mas é produzido por heranças afetivas de “culturas de classes” distintas, passadas de pais para filhos. A ignorância, ingênua ou dolosa, desse fato fundamental é a causa de todas as ilusões do debate público brasileiro sobre a desigualdade e suas causas e as formas de combater-la.

*Jessé Souza. **A Ralé brasileira. Quem é e como vive.***

SUMÁRIO

Dedicatória	pág.05
Agradecimentos	pág. 07
Índice de quadros	pág. 10
Lista de Siglas	pág. 12
Resumo	pág. 13
Abstract	pág. 14
Apresentação	pág. 15
Justificativa	pág. 18
I. Fundamentação Teórica	pág. 25
1. Vida no capitalismo e a Violência Doméstica.....	pág. 26
2. Políticas de Proteção à Criança e ao Adolescente.....	pág. 34
3. Psicologia e a Rede de Proteção.....	pág. 42
4. Cenário em Campinas sobre as desigualdades sociais.....	pág. 45
4.1 O cenário dos serviços a crianças e adolescentes.....	pág. 42
5. O que é a rede de proteção	pág 56
II. Objetivos	pág. 61
III. Metodologia	pág. 63
Fundamentos	pág. 64
Contexto de pesquisa.....	pág. 66
Cenário da pesquisa.....	pág. 67
Fontes de informação.....	pág. 68
Desenvolvimento.....	pág 69
IV. Resultados e Discussão	pág. 78
V. Considerações Finais	pág. 88
VI. Anexos	pág. 92
VII. Referências Bibliográficas	pág. 122

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos profissionais da rede de proteção, em especial aos profissionais da assistência social, para eles fica aqui o registro de um estudo aprofundado com o intuito de socializar informações e que estes, usufruam desses conhecimentos para intervir na mudança da sociedade, na luta pelos direitos sociais.

AGRADECIMENTOS

“Depois de uma longa espera consegui, finalmente, plantar o meu jardim. Tive de esperar muito tempo porque jardins precisam de terra para existir. Mas a terra eu não tinha. De meu, eu só tinha o sonho. Sei que é nos sonhos que os jardins existem, antes de existirem do lado de fora.”

Rubem Alves

Portanto, agradeço à vocês que sempre estiveram presentes em todas as etapas do cultivo deste jardim.

*A **Deus** primeiramente por me presentear com a vida, a minha família e amigos que estiveram sempre presentes nesta construção.*

*À **minha família**, em especial à minha mãe **Ana Luiza** e meu pai **Waldivino**, pela hospitalidade, estímulo, paciência e que dignamente me apresentaram à importância da família e ao caminho da persistência. Obrigada por acreditarem em mim mais que eu mesma.*

*Em especial a minha orientadora **Profa. Raquel Souza Lobo Guzzo**, o meu reconhecimento pela oportunidade de realizar este trabalho ao lado de alguém que transpira sabedoria e luta; meu respeito e admiração pela sua serenidade, paciência e pelo seu empenho no ensino da Ciência. Tomo as palavras de Rubem Alves para expressar em poucas palavras o que aprendi com esta mulher: “Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais...”*

*A realização deste trabalho só foi possível com o apoio de vários companheiros e amigos. Aos **companheiros do grupo de pesquisa, Ana Paula, Flávia, Jacqueline, Larissa, Luiz Roberto Paiva, Maísa, Maria Aurea e Walter** que direta ou indiretamente contribuíram com discussões e debates os quais permitiram que as análises desta dissertação ganhassem densidade e sentido. Aos que também me acolheram e apoiaram dentro e fora do contexto de pesquisa e que em vários momentos exemplificam a ética e competência profissional, o meu reconhecimento e gratidão, sem vocês não conseguiria jamais chegar aqui.*

À CAPES pelo apoio e financiamento indispensáveis à minha permanência na Universidade e à realização deste trabalho.

LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CAISM – Centro de Atenção Integral a Saúde da Mulher

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMPCA – Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente

CONANDA – Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

CONDECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CT – Conselho Tutelar

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESCCA-Rua – Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes em Situação de Rua

FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FMDCA – Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar

GTEA - Grupo Técnico de Estudo e Análise

HC – Hospital das Clínicas

HM – Hospital e Maternidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome

MP – Ministério Público

NOB/RH – Norma Operacional Básica/Recursos Humanos

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

OCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OG – Organização Governamental

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSs – Organizações Sociais

PA – Pronto Atendimento

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PETI – Programa para Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PMAS – Plano Municipal de Assistência Social

PMC – Prefeitura Municipal de Campinas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNBM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PSB – Proteção Social Básica

PSI – Pronto Socorro Infantil

PSE – Proteção Social Especial

RMC – Região Metropolitana de Campinas

SADA – Serviço de Atenção as Dificuldades de Aprendizagem

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SMCAIS – Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social

SME – Secretaria Municipal de Educação

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SISNOV – Sistema de Notificação de Violência

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

VDCCA – Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes

VIIJ – Vara da Infância e da Juventude

Lista de Quadros

Quadro 1: Total da População em alta e muito alta vulnerabilidade de acordo com a região.	pág. 48
Quadro 2: Relação entre demanda e oferta de serviços sociassistenciais.	pág. 50
Quadro 3: Entidades Benéficas da Assistência Social executoras do PAEFI. ...	pág. 52
Quadro 4: Registro da quantidade de ATAS.	pág. 70
Quadro 5: Categorias representativas sobre o trabalho em rede a partir das atas ...	pág. 71
Quadro 6: Categorias representativas sobre o trabalho em rede a partir dos Diários de Campo.	pág. 72
Quadro 7: Registro dos Boletins SISNOV.	pág. 73
Quadro 8: Notificação por tipo de unidade e faixa etária de 2009 a 2012.	pág. 75
Quadro 9: Registro de unidades notificadoras SISNOV.	pág. 76
Quadro 10: Notificação por local de ocorrência nos anos de 2009 a 2012.	pág. 76
Quadro 11: Registro de unidades notificadoras por autor e tipo de violência nos anos de 2009 a 2012.	pág. 77

RODRIGUES, MARIANA FERREIRA. REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CAMPINAS: O REAL, O NECESSARIO E O POSSÍVEL. 2015. 129 p. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Psicologia como Ciência e Profissão) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação, Campinas

Resumo

A proposta desta pesquisa é analisar criticamente a realidade da articulação da rede de Proteção Social a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e discutir a implementação da intersetorialidade no contexto neoliberal a partir da caracterização dos órgãos responsáveis pela garantia de direitos. Essa articulação e a existência de políticas públicas relacionadas a essa temática são fatores fundamentais para a efetiva proteção dos direitos básicos de crianças e adolescentes. A violência contra a criança e o adolescente tem sido objeto de ação de várias instituições brasileiras, e particularmente em Campinas, esse serviço tem sido realizado quase em sua totalidade, por instituições não governamentais, isentando assim a responsabilidade do poder público com essa demanda. Sob a luz da perspectiva crítica, foram apresentadas situações que apontam as contradições existentes entre o que está proposto nas políticas no que diz respeito à violência doméstica contra a criança e o adolescente e o que de fato acontece na prática, dentro dos serviços de assistência social, quais as dificuldades encontradas pelos profissionais. Para realizar esta pesquisa, nos fundamentamos nos princípios do Materialismo Histórico Dialético, realizamos a análise das atas produzidas pelos profissionais que participam da Comissão de VDCCA no período de 2011 a 2012, dos diários de campo produzidos pela pesquisadora produzidos no mesmo período e de sete boletins gerados pelo SISNOV. Delimitamos, por meio de um processo construtivo-interpretativo, grandes categorias referentes aos elementos da realidade que caracterizam ou apontam a desarticulação da rede na visão dos profissionais que são os principais agentes envolvidos. A elaboração de tais categorias, demonstra que esses elementos referem-se prioritariamente a dimensões referentes a relações conflituosas entre diferentes serviços da rede de proteção e a desagregação das políticas de assistência social.

Palavras chave: proteção à criança e adolescente, violência doméstica, rede de proteção e articulação da rede.

RODRIGUES, MARIANA FERREIRA. NETWORK OF CHILD PROTECTION AND THE TEEN: THE REAL, THE NECESSARY AND POSSIBLE AT CAMPINAS. 2015. 129 p. Dissertation (Master in Psychology as Science and Profession) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Sciences of Life Center, Psychology Postgraduate Program, Campinas.

Abstract

The purpose of this research is to review the reality of the articulation of Social Protection Network for children and adolescent victims of domestic violence and discussions on possible unblocks from characterization of bodies responsible for the guarantee of rights and the articulation between various equipments of protection. This articulation and the existence of public policies regarding this matter are key factors for the effective protection of the basic rights of children and adolescents. Violence against children and adolescents has been object of action of several Brazilian entities, and particularly in Campinas, this service has been carried out, almost entirely by non-governmental organizations, thus exempting public authority responsibility with this demand. Under the light of a critical perspective, situations that pointed out contradictions between what is proposed in policies regarding domestic violence against children and adolescents and what actually happens in practice within social assistance services with the difficulties found by the professionals, were detected. To conduct this research, we were based upon the principles of Dialectic and Historical Materialism. We analyzed the records produced by the professionals taking part of DVACC Commission from 2011 to 2012, logbooks produced by the researcher in the same period and seven bulletins created by SISNOV (Violence Reporting System). By a constructive and interpretative process, we demarcated broad categories referring to reality elements that characterize or point out the disarticulation of the network, in the view of the professionals who are the key agents involved. Elaboration of such categories, demonstrates that these elements refer mainly to dimensions regarding to conflictive relationships between different services of the protection network and to disintegration of social assistance policies.

Keywords: Child and adolescent protection, domestic violence, protection network and network articulation

APRESENTAÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar a interlocução entre a rede de proteção social de média complexidade a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, identificando como os órgãos/serviços responsáveis pela garantia de direitos realizam a articulação entre esses equipamentos. A existência e articulação de políticas públicas são fundamentais para a efetiva proteção dos direitos básicos de crianças e adolescentes.

Para compreender e analisar essa questão, a dissertação foi elaborada em quatro etapas. Na primeira etapa, foram realizadas reflexões sobre o sistema capitalista e levantadas questões referentes às desigualdades sociais e à violência, com foco na violência de classes e, especificamente, na violência doméstica contra crianças e adolescentes. Pressupõe-se, aqui, que para discutir os mecanismos que geram a Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes (VDCCA) e as estratégias utilizadas pela rede socioassistencial¹, deve-se, primeiramente, compreender a relação entre pobreza (desigualdade social), violência e articulação das políticas públicas. Na segunda etapa, foram investigadas as particularidades das políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes de forma macroestrutural e, levando em consideração a conjuntura política do sistema capitalista brasileiro, o processo de garantia de direitos para esta população.

A terceira etapa foi constituída pela descrição dos mecanismos propostos pela Psicologia Comunitária para contribuir com práticas psicossociais em comunidades, dentre os quais se destaca: conhecer a realidade concreta das pessoas, os compromissos políticos em favor de movimentos populares e a necessidade de um trabalho com outras áreas do conhecimento que neste caso seria a articulação da rede de proteção (Freitas 2012).

Por último, proponho a divisão em dois eixos temáticos: cenário de Campinas, no que compete às desigualdades sociais, e o cenário dos atendimentos a crianças e adolescentes que caracterizam a rede de proteção.

¹ Ao referir-me a políticas públicas socioassistenciais, faço um recorte no que diz respeito a ações do Estado voltadas para os serviços de Assistência Social (Hofling, 2001).

A estratégia metodológica foi dividida também em dois momentos. O primeiro, teoricamente mais denso, teve como objetivo a apropriação das políticas públicas propostas pela legislação; o segundo, a coleta de dados. Foi também realizado um breve levantamento histórico acerca dos equipamentos que fazem parte da rede de proteção no Município de Campinas. Esse processo foi registrado em diários de campo realizados a partir da participação da pesquisadora em espaços públicos, como reuniões no Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA) e no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e a partir de documentos públicos dos referidos órgãos governamentais. Tomo como referências esses documentos públicos para ter uma visão mais ampla das discussões e ações realizadas pelos equipamentos que prestam serviços a essa política, no sentido de compreender o que está proposto e o que é realizado concretamente.

JUSTIFICATIVA

Para entender minha motivação em estudar e compreender o fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes, inicio descrevendo um pouco minha trajetória profissional desde a graduação e os motivos que me trouxeram ao mestrado.

Desde o período de graduação em Psicologia, tive interesse pelos aspectos sociais e políticos que fazem parte da constituição do sujeito. A partir disso, procurei conhecer espaços que proporcionassem ações e discussões voltadas para a atuação de psicólogos em contextos que envolviam a compreensão histórica, cultural, material, política e subjetiva do sujeito. Um dos poucos espaços que encontrei na Universidade para isso foi o Centro Acadêmico, do qual pude participar ativamente como membro e por meio do qual tive um contato prévio com debates acerca de uma Psicologia que compreende o sujeito em sua essência como ser social e histórico.

A tomada de conhecimento e minha primeira experiência vivida com crianças e adolescentes em situação de risco pessoal, social e psicológico ocorreu concomitantemente à minha participação no Centro Acadêmico, em meados de 2008, quando atuei durante dois anos como estagiária de um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, o qual, de acordo com Souza (2009), situa-se dentro de uma das maiores ocupações urbanas da América Latina. Nesse período, tive a oportunidade de participar como estagiária, a princípio, no processo de elaboração de grupos com adolescentes moradores da ocupação, da organização e construção de encontros que visavam a orientação profissional e empregabilidade. A princípio, esses adolescentes chegavam ao CRAS por meio de benefícios recebidos que os mesmos ou suas famílias recebiam e portanto, o acompanhamento desses jovens se fez ou faz necessária, por uma condicionalidade posta pela política. Porém, durante esses encontros, percebi que outras questões diferentes do tema inicialmente proposto emergiam dentro da dinâmica do grupo: geralmente, questões relacionadas à violência em diversos aspectos da vida cotidiana desses adolescentes.

Entrar naquela ocupação e me deparar com situações de violência de todas as formas possíveis fez com que minha atuação profissional se voltasse a uma psicologia para além das clínicas particulares, que compreenda as relações dialéticas entre indivíduo e sociedade e por meio da qual fosse possível pensar em como aquelas

pessoas poderiam mudar suas condições de vida ou pelo menos encontrar espaços para discussões e reflexões sobre a realidade que está posta.

Porém, durante esse período, encontrei diversas dificuldades em proporcionar esses espaços. Uma das dificuldades mais marcantes foi encontrar estratégias que fizessem com que os adolescentes frequentassem e se apropriassem do grupo. Além disso, compreender o motivo pelo qual a cada semana o grupo se esvaziava cada vez mais e, sobretudo, dialogar com equipamentos que fazem parte das políticas públicas, como os equipamentos da saúde, educação e até mesmo outros serviços da política de assistência social. Para mim sempre foi um desafio compreender a interlocução/articulação desses equipamentos no que se referia à elaboração de um plano de atendimento às famílias.

A partir de 2010, com um mês de formada, iniciei minha atuação profissional enquanto psicóloga no Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra Criança e Adolescente - VDCCA², onde fui responsável pelo atendimento de 35 famílias referenciadas pelo Centro de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS. Esse trabalho permitiu o contato direto com a realidade concreta e cruel de crianças e adolescentes que vivenciam as piores formas de direitos violados. Nesse período, meus questionamentos referentes a esse desafio só aumentaram. Deparei-me com diversas dificuldades em realizar e efetivar o trabalho, principalmente porque os equipamentos de proteção à criança e ao adolescente, por algum motivo não conseguem elaborar em conjunto um plano de intervenção a essas famílias atendidas. De acordo com Weber (2008), o Estatuto da Criança e do Adolescente traz, em seu bojo, a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente e tem como base a trilogia da liberdade, dignidade e respeito. Deparei-me, no entanto, com situações reais divergentes do que está previsto no documento. Teoricamente, as políticas existem e os equipamentos da rede de proteção estão alocados nos territórios; porém, a interlocução

² A partir do ano de 2011, com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes passou a ser denominado como Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Esse serviço é considerado um serviço de média complexidade, pois oferece atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Atualmente, o Serviço PAEFI é realizado por dez entidades de assistência social (ONGs) cofinanciadas para execução da política de Assistência Social junto ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

ou articulação entre os mesmos acaba tornando-se frágil e de difícil acesso entre os profissionais em alguns momentos, o que pode ocasionar um distanciamento entre o que se pretende e o que os profissionais conseguem executar.

Nesse período em que trabalhei no Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente, fiz parte da Comissão de Violência Doméstica contra a Criança e ao Adolescente (VDCCA)³ e foi nesse espaço que percebi maiores discussões sobre a temática referente à rede de proteção. Essa Comissão é formada por diversos trabalhadores que representam organizações governamentais e não governamentais, porém, os membros participantes são quase em sua totalidade trabalhadores da Assistência Social. Nessas reuniões, são discutidos temas advindos do cotidiano dos trabalhadores da rede, tal como as políticas de enfrentamento à violência doméstica contra criança e o adolescente. A partir desse momento, percebi a necessidade de analisar e compreender a efetivação dessa política e, portanto, a importância de estudar o tema.

Para alcançar tal compreensão, no ano de 2011 comecei a participar das reuniões do Grupo de Pesquisa Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação⁴, vinculado à Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Depois de algum tempo inserida nas atividades do grupo, tive a oportunidade de trabalhar como Apoio Técnico, financiada pelo CNPq. A partir desse momento, minhas experiências e responsabilidades como integrante do grupo aconteceram em diferentes contextos: desde a supervisão de campo com estagiários do 5º ano do curso de Psicologia, em uma escola municipal de Campinas, até tarefas de ordem mais prática, como organizar e levantar produções do grupo.

Essa experiência, de entrar na escola, conhecer a realidade pela perspectiva da escola, me propiciou a reflexão sobre o papel da psicologia em contextos diferentes do

³ Esta comissão é formada por profissionais que atuam no programa de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente. Os profissionais que participam dessa comissão vão desde funcionários públicos até trabalhadores de ONGs cofinanciadas pela Prefeitura Municipal de Campinas. As reuniões acontecem mensalmente e são realizadas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

⁴ Grupo de Pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenado pela Prof^a Dr^a Raquel Souza Lobo Guzzo.

que esta posto pela psicologia hegemônica, reafirmando assim, meus questionamentos frente às ações responsabilidades que nós enquanto psicólogos temos, perante a uma população que é marginalizada por seus governantes e por sua sociedade, ou seja, encarar o trabalho psicológico por uma outra perspectiva, neste caso, compreender que crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados não são apenas sujeitos alocados num espaço onde são condicionados a determinados comportamentos ou que agem por algum instinto inato; pelo contrário: que o sujeito e a temática violência são uma construção histórica, cultural, econômica, política, dentre outros fatores. Para isso, acredito que o primeiro passo a ser dado é compreender o sujeito em seu contexto cultural, familiar, social e educacional, conseqüentemente, a violência doméstica contra criança e ao adolescente como um dos resultados finais que desigualdade proporciona. A partir dessa compreensão, acredito que seja de suma importância para a psicologia, enquanto ciência e profissão, realizar uma análise crítica da realidade entre sujeito, família escola e comunidade, de forma que a violência e a vitimização não sejam aspectos tratados de maneira individualizada ou tampouco que a família seja culpabilizada, mas que sejam fomentadas práticas que correspondam à articulação em rede.

A partir do momento em que estive inserida na escola, tendo acesso *aos prontuários das crianças e adolescentes*⁵ referentes aos alunos dos primeiros aos oitavos anos, verifiquei o quanto a comunicação entre os equipamentos que fazem parte da rede de proteção é fragilizada, pois encontrei diversos encaminhamentos realizados pela Escola ao Conselho Tutelar e outros serviços, como Centros de Saúde, médicos particulares, entidades, dentre outros, sem, porém, terem sido discutidos entre os devidos equipamentos; ou seja: nem a Escola e nem o Conselho Tutelar ou outros equipamentos da rede de proteção construíram um plano em conjunto de intervenção efetivo para as crianças ou adolescentes referenciados. Além disso, nesses prontuários estavam registrados apenas os encaminhamentos que a Escola realizava em nenhum deles encontrei quaisquer que tenham sido os desfechos.

Pensando amplamente no que seria o trabalho em rede, o papel que o encaminhamento representa no processo de articulação é uma das peças fundamentais

⁵ Acesso a partir da minha inserção no campo através do Projeto Voo da Águia, que tem uma proposta de práxis da psicologia na escola formulada inteiramente dentro do grupo de pesquisa.

para qualquer que seja a intervenção proposta. Em contrapartida, facilmente nos deparamos com uma prática de “encaminhar por encaminhar”, como se o simples ato de encaminhar solucionasse o problema. No que compete aos serviços de assistência social, dentre as ações desenvolvidas pelos profissionais, encontram-se os encaminhamentos e o referenciamento, cuja relevância metodológica se mostra desde planejamentos nacionais, estaduais e municipais até o momento em que o profissional o efetiva. O encaminhamento se diferencia do referenciamento no que compete ao nível de complexidade do serviço, uma vez que o referenciamento se materializa quando os profissionais compreendem, a partir do que está proposto no SUAS, as demandas oriundas de situações de vulnerabilidade e risco social presentes no cotidiano. (SUAS/RH, 2012).

É por este motivo que o objetivo geral desta pesquisa foi compreender como se dá a relação e articulação entre os órgãos/serviços de proteção a crianças e adolescentes. Para isso, o recorte foi basicamente dos equipamentos relacionados à Assistência Social, devido à minha atuação profissional nessa área e ao grande número de trabalhadores da Assistência Social que participam da Comissão de VDCCA.

Partimos do pressuposto de que, à medida que os profissionais e/ou pesquisadores da rede de proteção tenham conhecimento sobre como essa rede se configura, tal como, compreendendo o papel de cada componente no que se refere à intervenção e como compreender a relação entre os serviços e a atual conjuntura política que o município se encontra, será possível refletir novas maneiras de interlocuções ou articulações que possibilitem a integração real entre estes serviços.

A contribuição científica que a pesquisa acarreta é, a princípio, resultante do direcionamento focado a respeito da articulação da rede de proteção à criança e ao adolescente vítimas de violência doméstica, já que encontramos uma grande variedade de pesquisas que tratam em específico da violência doméstica contra a criança e ao adolescente em diferentes aspectos e colocam de maneira resumida a importância dessa interlocução ou articulação da rede de proteção (Brito, Zanetta, Mendonça, Barison e Andrade, 2005; Guerra e Azevedo, 2005; Minayo, 2001).

De acordo com Ribeiro (2013), uma das maiores dificuldades que os trabalhadores da Assistência Social encontram está associada com a articulação em rede. Com isso, a relevância social desta pesquisa se fará pela possibilidade de melhor entendimento sobre o real e o possível no que se refere à articulação em rede de proteção, já que aspectos teóricos serão agregados com discussões das práticas profissionais dos trabalhadores dessa rede.

Esperamos que esta pesquisa também abra possibilidades de produção de debates, tendo esses dados como um auxílio na reflexão sobre a articulação da rede de proteção, e que este conhecimento possa ser expandido para as demais áreas do saber.

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. VIDA NO CAPITALISMO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Nesta primeira etapa, pretendo realizar uma contextualização sobre a violência e um breve levantamento sobre questões referentes ao papel do Estado no que se refere à desigualdade social e violência.

Os problemas sociais, a violência gerada por esses problemas e o modo de produção capitalista, estão diretamente relacionados e interligados; portanto, acredito que seja importante discutir a violência por meio de uma perspectiva crítica, partindo do pressuposto de que este fenômeno (VDCCA) envolve questões que estão além do âmbito familiar e individual. Consequentemente, ao compreender a violência como um fenômeno social, é necessário compreender a dinâmica da vida no capitalismo e sua relação com o tema em pauta.

Santos (2004) traz em seus estudos que a violência, de uma forma geral, acompanha a trajetória da humanidade nos diferentes momentos históricos de acordo com diferentes aspectos sociais, da mesma maneira que as questões relacionadas à desigualdade social também permeiam essa trajetória. Essas questões estão diretamente ligadas a questões econômicas e políticas, as quais têm expressões diretas com as relações sociais, não se reduzindo meramente a situações de privações materiais, mas também se estendendo a situações que interferem na subjetividade do sujeito.

De acordo com Carvalho (2009), a sociedade em que vivemos, sendo uma sociedade capitalista e, portanto, pautada nas relações de poder e exploração de mão de obra, dividida em classes⁶ produz relações associadas a aquisições de bens materiais, coisificando assim as relações interpessoais. Os impactos destrutivos dessas relações produzidas pela desigualdade deixam marcas sobre a população empobrecida: desemprego, negligência da saúde e educação, desconforto ou ausência de moradia, fome, revolta, tensão, medo e violência.

⁶ As classes sociais, para Marx (1977), surgem a partir da divisão social do trabalho. Em razão dela, a sociedade se divide em possuidores e não possuidores dos meios de produção. Surgem, então, a classe dominante e a classe dominada (ou seja, a dos trabalhadores). O Estado aparece para representar os interesses da classe dominante e cria, para isso, inúmeros aparatos a fim de manter a estrutura da produção. Esses aparatos são nomeados por Marx de infraestrutura e condicionam o desenvolvimento de *ideologias* e normas reguladoras, sejam elas políticas, religiosas, culturais ou econômicas, para assegurar os interesses dos proprietários dos meios de produção.

O andamento do sistema capitalista já pressupõe, desde sua origem, uma exploração significativa de mão de obra, pois, sem essa exploração, a manutenção da ideologia de consumo e aquisição de bens materiais não sobreviveria. Partindo desse pressuposto, a violência, emerge como um meio para obtenção (exploração) de objetos materiais, poder ou ascensão de classe (Yazbek, 2012).

Precisamos compreender que o Brasil é uma sociedade em que existe, em termos socioeconômicos, uma desigualdade extrema: o aumento do rendimento médio foi de 5,8% entre os mais pobres e 10,8% entre os mais ricos, segundo dados publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2012⁷. A partir desses dados, pode-se verificar que estamos vivendo e falando de uma sociedade que alimenta um processo de desigualdade social. Esta tendência contribui para aprofundar práticas no que se refere a violência entre classes. Entender a construção de políticas elaboradas para o enfrentamento à violência doméstica contra a criança e ao adolescente é compreender que essas são construídas para uma determinada classe social, ou seja, para quem é pobre. Ainda que a violência doméstica seja um fenômeno encontrado em diferentes contextos e classes sociais, pode-se perceber que as políticas ainda estão associadas à população pobre ou à população vulnerável.

Para Paulo Netto (2011), a mudança da terminologia “pauperismo” para “questão social” se dá através de um processo de mistificação que a burguesia impõe para ocultar o antagonismo de classes já apreendido na efervescência de 1848, quando os trabalhadores alcançam a consciência de classe e compreendem a inconciliação de seus interesses com os interesses dominantes.

Mas, por que é necessário falar sobre vida no capitalismo antes de adentrarmos no tema da violência doméstica contra a criança e o adolescente ou a articulação da rede de proteção? Para compreendermos o que é trabalhar com esse fenômeno e o papel que o sistema capitalista representa no que se refere às políticas públicas, acreditamos ser de suma importância nos reportarmos a questões que nos levam a compreender como decisões políticas são tomadas, ou seja, como acontecem as implementações e os modelos de intervenção governamental nessa sociedade.

⁷ Trazer para essa discussão dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - órgão diretamente ligado a assuntos estratégicos e políticos na formulação e reformulação de políticas públicas - indica que não é por falta de conhecimento, recurso ou de dinheiro que as demandas sociais não são supridas. Esses dados nos mostram a importância de se discutir a divisão e distribuição de renda numa sociedade cujos principais problemas passam pela pobreza.

Dentro de uma perspectiva histórica, deve-se, primeiramente, compreender a relação existente entre o Estado e as políticas sociais. Neste sentido, entendemos que analisar e avaliar o “sucesso” ou “fracasso” de determinadas políticas implementadas exige um grande esforço intelectual, no que compete inicialmente à diferenciação dos conceitos: Estado x Governo e políticas sociais x políticas públicas.

Não se pode falar de Estado e de sociedade como um fenômeno genérico e estático, pois sua dinâmica e particularidade devem ser situadas na história, como pode ser exemplificado nos diferentes tipos de Estado: o Estado Greco-Romano, órgão que legitimou a exploração escravocrata; o Estado Feudal, instrumento de exploração de servos e senhores; e, por fim, o Estado Burguês (ou capitalista), um instrumento de dominação do trabalho assalariado pelo capital (Montaño, 2007).

De acordo com Bravo e Pereira (2002), pode-se observar que o Estado não é um fenômeno dado, sem construção histórica, neutro e pacífico. Ele é um conjunto de relações criado e recriado num dado processo histórico, tenso e conflituoso. Sendo assim, sua constituição é descrita como uma arena de conflitos e interesses. Para eles, o Estado surgiu a partir da necessidade da existência de um órgão responsável pela manutenção da ordem e controle social, conhecido, de certa forma, como mediador entre a classe dominante e a classe dominada. E, ao longo da história, esse mesmo aparelho se modifica de acordo com o contexto social, histórico e econômico vivenciado.

Pensando nessa perspectiva, Hofling (2001) considera o Estado como um conjunto de instituições permanentes que permitem ao Governo tomarem determinadas ações; e Governo, por sua vez, como o conjunto de programas e projetos que partem da sociedade para a sociedade como um todo, configurando-se, assim, numa orientação política de um determinado governo. Nesse sentido, as políticas públicas são entendidas como ações do Estado, com a finalidade de resolver situações-problemas da sociedade (Janiake, 2012). As políticas sociais se referem a ações de proteção social implementadas pelo Estado, voltadas, a princípio, para redistribuição de benefícios sociais com a finalidade de diminuir as desigualdades geradas pelo sistema capitalista.

As políticas sociais surgem a partir de movimentos populares do século XIX, quando ocorrem conflitos entre o capital e o trabalho no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. Portanto, a política social nada mais é, do que uma estratégia

encontrada pelo Estado no enfrentamento das expressões e das questões sociais, cujo resultado nasce das contradições entre Capital e Trabalho no interior do processo de industrialização. Com a Revolução Industrial, nasce uma nova relação de dominação/exploração, caracterizada pela ampliação do pauperismo. Embora o pauperismo em si não seja suficiente para um diagnóstico, a razão de seu desdobramento torna-se explícita e, a partir do momento em que é tomado como luta de classe, fenômenos como a pobreza, fome, desemprego, dentre inúmeros outros, não se denominam mais problemas sociais (ainda que seja conhecido e divulgado erroneamente como sinônimo de “questão social”, desconsiderando que nem todo problema é uma questão, mas “questões sociais”⁸.

Com o intuito de compreender determinados fenômenos encontrados nessa sociedade, devemos abordar os fundamentos da essência humana a partir da historicidade do ser (Marx, 1977). Para isso, é necessário compreender o sujeito dentro do seu contexto histórico e social, considerando a unidade dialética que há entre indivíduo e sociedade, subjetividade e objetividade e que configura a constituição social do ser.

No modelo socioeconômico neoliberal vigente, as relações sociais tomam corpo a partir das relações entre as coisas e é por isso que compreendo a necessidade de falar sobre o capitalismo ao discutir violência. A compreensão de que vivemos em um sistema que produz desigualdades sociais explorando, oprimindo e excluindo pessoas que fazem parte de uma classe econômica menos favorecida retrata a seguinte discussão: violência e desigualdade social estão diretamente relacionadas (Cardia e Schiffer, 2002).

⁸ O termo é colocado entre aspas para insistir na mistificação ideológica exercida pela burguesia sobre a desigualdade social.

Para as autoras, o debate que gira em torno dessa discussão destaca a falta de capital social e a enorme diferença entre as classes econômicas; no entanto, tal diferença resulta em fatores de risco e, portanto, não se restringe a fatores econômicos. Sposatti (2007) propõe a noção de fatores de risco enquanto a probabilidade de ocorrência de um evento que, se presente em um contexto, torne pessoas ou grupos mais vulneráveis ao desenvolvimento de desordens psicológicas. Os fatores de proteção, por sua vez como veremos adiante, modificam ou diminuem os efeitos dos fatores de risco.

Cardia e Schiffer (2007) ainda propõem uma discussão sobre a violência e sua relação com a manutenção ou crescimento da desigualdade social. Tal análise, no âmbito da sociedade atual, indica-nos que a desigualdade social produz, dentre outros fatores, a desigualdade de oportunidades, cuja ideologia está enraizada nas diferenças individuais e na manutenção da competitividade, produzindo no sujeito exclusão psíquica⁹, culpa por sentir-se fracassado pela maneira como vive e, conseqüentemente, o sufocamento dos movimentos sociais.

É necessário que este seja o ponto de partida de nossas discussões, reflexões e ações: como combater ou romper com a ideologia de meritocracia, cujo resultado final verificamos na explícita ausência e descaso que poder público tem na manutenção de altos índices de desigualdade e de violência? Quando falamos de romper ou combater essa ideologia, não se trata de pensar apenas em agentes encarregados de aplicar leis ou criar serviços para cumprimento de políticas; trata-se de garantir que os setores responsáveis pela garantia dos direitos da população possibilitem mecanismos, espaços e oportunidades para a superação dessa desigualdade.

Partimos do princípio de que as atuais políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes no Brasil estão intimamente ligadas a um processo mais amplo, que engloba o desenvolvimento econômico, político e social do país, ou seja, as necessidades de controle social pelo capital. Essa discussão nos permite penetrar, conhecer e compreender o universo de políticas que deveriam garantir direitos de crianças e adolescentes marcados diariamente por situações de subalternidade, humilhação e violência (Yazbek. 2012).

⁹ Ao referir-me a exclusão psíquica, compreendo que a discussão sobre desigualdade social não se remete somente a questões econômicas, sociais e políticas, mas nos dá a possibilidade de compreender questões relacionadas à subjetividade como humilhação, opressão e sofrimento (Yazbek, 2012).

Esse é um dos pontos cruciais para análise, pois, no momento em que crianças e adolescentes chegam para atendimento ou para serem acompanhados, muitos de seus direitos já foram violados e a rede de proteção, de maneira geral, omite-se ou por desconhecimento ou por medo de realizar a denúncia. Vendruscolo e Ferriani (2007) apontam que essa problemática envolve questões referentes à privacidade, à clandestinidade e está associada à ideia de risco pessoal e social ou vulnerabilidade social¹⁰, noções que se vinculam a características geralmente negativas, como abandono, espancamento, dentre outras formas de opressão e violência.

É neste ponto que nos deparamos com as políticas de enfrentamento à VDCCA. Mesmo que esteja especificado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que é direito de qualquer cidadão, a utilização dos serviços da assistência social, independentemente de sua classe social, essa política nasce no Brasil com práticas assistencialistas¹¹ e caridosas, que ora estavam associadas com entidades religiosas, ora com trabalhos voluntários, sendo estes, por sua vez, associados a trabalhos desenvolvidos por primeiras damas. Essas práticas eram voltadas para pessoas pobres, trabalhadores desempregados, deficientes, idosos e crianças, ou seja, pessoas em situação de risco social. Sendo assim, as políticas socioassistenciais e a relação construída no trabalho de articulação em rede continuam interligadas à pobreza ou à desigualdade social (Yazbek, 2012).

Diante dessa realidade, a situação de grande parte de crianças e adolescentes pobres, hoje, é caracterizada pela privação de necessidades básicas como alimentação, casa, proteção, escola, lazer e esporte e pelo aumento das relações violentas dentro da família (Faleiros, 1997), partindo do pressuposto, que as políticas desenvolvidas para o enfrentamento dessa violência, seguem a lógica já explicitada.

¹⁰ Os conceitos de vulnerabilidade e risco social devem ser problematizados. Eles não são adjetivos da condição do usuário. A vulnerabilidade e o risco devem ser enfrentados como produto da desigualdade e requerem uma intervenção para além do campo das políticas sociais. Não se resolve desigualdade com potencialidades individuais ou familiares, mas reconhecendo essa desigualdade e trabalhando com os sujeitos questões referentes a direitos, rompendo com a responsabilização do sujeito pelas mazelas do capitalismo. (Silva; Yazbek e Giovanni, 2011, p. 50)

¹¹ O sentido de práticas assistencialistas, no Brasil, está associado com práticas caridosas e de doação, em oposição ao de Assistência Social como uma política pública de atenção e defesa de direitos a todos.

Neste caso, como a violência em pauta é doméstica contra crianças e adolescentes, é preciso compreender, inicialmente, como se dá a relação entre adulto e criança/adolescente. Para Azevedo e Guerra (2005) as relações que os adultos agressores estabelecem com a criança são hierárquicas, firmadas no poder do adulto pela criança. Diante de tal conceituação, pode-se verificar que as relações de opressão da sociedade capitalista já mencionadas anteriormente se mantêm nas relações interpessoais; ou seja: os sujeitos reproduzem aquilo que vivenciam cotidianamente. A partir dessa perspectiva, Azevedo e Guerra (2005) compreendem que a violência doméstica é:

Todo ato ou omissão praticados por pais, parentes ou responsáveis, contra crianças e adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

As referidas autoras caracterizam a violência doméstica em cinco modalidades, sendo estas: física, sexual, psicológica, negligência e fatal. Essas violências ocorrem em diferentes situações, contínuas ou não: ações físicas que causam dor, situações de opressão ou depreciação que causam sofrimento mental, atos ou jogos sexuais com objetivo envolvendo pais, parentes ou responsáveis, qualquer forma de omissão no que se refere ao provimento das necessidades físicas e emocionais e até a violência fatal, sendo esta última o resultado das outras formas pontuadas. Conceitua-se violência, portanto, como qualquer ato ou negligência praticado por responsáveis a crianças e adolescentes que resulte em lesões físicas, sexuais e ou psicológicas (Azevedo E Guerra, 2005).

Feitas essas definições de tipos de violência, torna-se necessário discuti-la considerando a violência estrutural a partir dos mecanismos pelos quais o Estado dificulta o acesso de grande parte da população aos direitos básicos, resultando, assim, em uma grande situação de exclusão social (Minayo, 1999).

É necessário, ainda, compreender a realidade em que se encontram crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados. De acordo com Konder (2005), dentro da perspectiva dialética, o conhecimento do objeto que, nesse momento, é a vida no capitalismo e a relação que a mesma tem com a violência - é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa final para encontrar respostas ou encaminhamentos a uma solução; por isso a importância de ter uma visão do conjunto, ou seja, do todo. A partir dessa visão, pode-se, então, avaliar a dimensão de cada elemento da realidade. É neste sentido que olhar para o sistema no qual estamos inseridos e compreender criticamente a violência que atinge crianças e adolescentes, articulando conceitos e percepções contra hegemônicos de atendimentos, exige concepções e formas de intervenções que supram as necessidades da realidade, do cotidiano de cada sujeito, ou seja, com outra perspectiva que não a de culpabilização do indivíduo ou da família. (CFP, 2009)

Uma possível contribuição prática para esta discussão seria promover ações de prevenção¹², nas quais deixa-se de trabalhar sob o aspecto do fenômeno já instalado - neste caso, a violência e passa-se a promover o bem estar (Lacerda e Guzzo, 2005). A promoção do bem estar implica em intervenções mais complexas e controversas, pois demandam atenção a diversos tópicos como educação, família e outras instituições sociais. Para Mello (1999) a prevenção não deve se pautar em apenas evitar problemas, mas sim em envolver toda sociedade na luta para a efetivação dos direitos. Proporcionar ações de proteção integral de crianças e adolescentes é uma tarefa que deve ser cumprida por um corpo articulado de ações, instituições, políticas e recursos em que todos busquem intervenções coletivas e, conseqüentemente, a garantia da proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes.

¹² A busca pela prevenção é sempre situada em questões a serem trabalhadas historicamente, sem ignorar dimensões pessoais, sociais e políticas, dando voz à população alvo. Numa sociedade capitalista, o modelo de prevenção está associado a intervenções individuais ou que atinjam a maioria da população, sendo que, este modelo, tem a função de transformar a realidade de uma sociedade que produz sofrimento (Lacerda e Guzzo, 2005).

É de suma importância pensar em estratégias de intervenções diferentes dos modelos individualistas; porém, enquanto existir a dominação de uma classe sobre a outra, dificilmente estratégias de prevenção serão de fato efetivas, pois as políticas ainda serão feitas para a manutenção de atendimentos individualistas. É preciso, portanto, pensar os projetos de homem e sociedade que existem por trás da dominação de classes (Lacerda e Guzzo, 2005).

2. POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A partir dessa contextualização acerca das desigualdades sociais, podemos perceber que as relações de poder, opressão e submissão da classe popular se tornam cada vez mais notáveis. Perante essas questões, tomamos como base de referência as Políticas de Assistência Social, que hoje em dia, se configura como um direito de quem dela necessitar e é de dever do Estado, fazer com este direito seja cumprido. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é quem reorganiza os serviços, programas, projetos e benefícios de acordo com as funções que desempenham, o universo de pessoas que deles precisam e suas complexidades. A partir disso, compreendemos a importância de contextualizar e caracterizar a implementação dos equipamentos referentes ao enfrentamento à violência doméstica em questão. Para tanto, realizarei um breve levantamento dos mecanismos que o sistema capitalista utiliza para organizar as políticas de Assistência Social e a organização temporal da criação e implementação das políticas de defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

De acordo com Senra (2009), as políticas sociais da atualidade estão associadas a um processo histórico e às concepções acerca do papel do Estado no tratamento à questão social, ou seja, têm como alvo certas categorias específicas da população, como trabalhadores, crianças, idosos, dentre outros (Faleiros, 1991). A configuração da política de Assistência Social encontra-se vinculada a um padrão ideológico dominante em nossa sociedade, o qual nem sempre se revela facilmente e exige, assim, reflexão e crítica dos atores sociais envolvidos.

Sobre a possibilidade de avanço formal na política social brasileira, temos a inclusão da seguridade social à beveridgiana,¹³ mesmo que distante de sua realização.

Alguns elementos importantes compõem o contexto da Constituição, como o princípio de universalidade na saúde e na assistência social, da uniformidade e da equivalência nos âmbitos urbanos e rurais, da seletividade e da distributividade segundo a discriminação positiva, a irredutibilidade do benefício ao valor do salário mínimo com correções para sucumbir a inflação, a diversidade do financiamento para assegurar a seguridade social e o caráter democrático e descentralizado com gestão compartilhada entre governo, trabalhadores e prestadores de serviço. Esses são os princípios que deveriam nortear a política de seguridade social no sentido de articular uma rede de proteção social integral à saúde, à previdência e à assistência social, produzindo mudanças nas ações fragmentadas, assistencialistas, focais e imediatas. Entretanto, essa garantia legal não foi suficiente para sua materialização na década de 90 e nem atualmente, mesmo depois de conquistas importantes no que se refere a políticas públicas.

A privatização das políticas públicas significou a transferência de bens públicos à iniciativa privada como meio de lucratividade; ou seja, temos a privatização e seletividade invés de universalidade e estatização. A distorção é tamanha que a seletividade e a focalização condicionaram o benefício e sua manutenção apenas à população comprovadamente em situação de pobreza e de extrema pobreza. Mesmo que a seguridade social seja regida à luz beveridgiana, nota-se que a dinâmica brasileira comporta uma tendência de americanização da proteção social.

A consolidação da assistência social como política pública é tardia se comparada à política de saúde e de educação, uma vez que a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foi regulamentada apenas em 1993 e efetivada em 1995. A

¹³ A seguridade social, no Brasil, institucionalizou-se tendo o sistema inglês como fonte. Este, por sua vez, é fundado no famoso relatório de Lord William Beveridge, que dispõe detalhadamente sobre toda a estrutura e lógica da previdência inglesa. O modelo beveridgiano é o paradigma de praticamente todos os sistemas de seguridade social do mundo ocidental, mas constata-se um descompasso entre a aplicação em Beveridge e aquele defendido pela maioria da doutrina brasileira. No modelo beveridgiano autêntico, observa-se uma nítida distinção entre as noções de seguridade, previdência e assistência social; no Brasil, verifica-se que tais noções têm sido unificadas em torno do significado de assistência social.

história da assistência social é prenhe de caráter reacionário e conservador da filantropia, da caridade e da religião na execução dos serviços públicos por meio de entidades privadas seguindo a lógica clientelista e focal na transferência de renda de cunho compensatório.

As políticas neoliberais sob a política pública, com a mercadorização da saúde, da educação e com a transferência de responsabilidade estatal para a sociedade civil, criaram um caráter dualista através do voluntariado, da solidariedade e da responsabilidade social. Na assistência social, essa lógica de transferência da responsabilidade estatal de políticas públicas para entidades sem fins lucrativos como ONGs, OSs, OCIPs e Fundações é quase integral.

Esse foi um panorama geral sobre o que são e a conjuntura na qual nascem as políticas sociais. Já no que diz respeito às políticas de proteção a crianças e adolescentes, inicialmente temos o *paradigma correccional-repressivo*, que compreende o período de 1930 a 1964. As primeiras políticas públicas datam de 1920, quando a questão do menor torna-se foco da atenção do poder judiciário, cujo objetivo era regulamentar o trabalho pra essa faixa etária. Em 1923, foi criado o Juízo de Menores do Rio de Janeiro, responsável pela organização dos serviços de assistência e tratamento dos menores. Em 1927, temos a promulgação da primeira legislação brasileira, o Código de Menores Mello Mattos, de autoria do legislador José Cândido Albuquerque de Mello Mattos, juiz de menores da Capital da República. O objetivo foi dar assistência ao menor sob a perspectiva educativa. Assim, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter uma legislação para a população infanto-juvenil.

A função do Código de Menores foi colocar o menor na condição de força de trabalho produtiva, pois aquele que não se encontrava trabalhando era considerado vadio e desocupado. De acordo com Gandini (2006), essa lei instituiu ao menor a sujeição ao mercado de trabalho e teve como objetivo “consolidar as leis de assistência e proteção aos menores” (p.13), institucionalizando as situações de abandono ou delinquência em que viviam os menores de 18 anos de ambos os sexos.

Nesse período, no entanto, as políticas públicas não eram dirigidas a toda população infanto-juvenil (de 0 a 18 anos), mas sim a crianças pobres. O termo

“menor” se referia exclusivamente a crianças e adolescentes abandonados física e moralmente. Essa era a parcela da população de “necessitava” de cuidados e proteção do Estado.

As políticas adotadas para a infância e a adolescência pautadas no Código de Menores traziam em seu bojo a preocupação com “saneamento social” dos tipos indesejáveis”, com “as medidas de enquadramento moral e social da criança e do adolescente”. O enfoque ideológico, enraizado na economia desenvolvimentista, consistia na “moralização do indivíduo e na manutenção da ordem social, propondo, para sua realização, a criação de mecanismos que protegessem a criança dos perigos que desviassem do caminho do trabalho e da ordem” (Cruz, Neto 2001, p. 57 apud Castro, Anbramovay 2002, p.21).

Em 1941, o Decreto-Lei nº 3.799 cria o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Seu objetivo era fazer cumprir as medidas aplicadas pelos juízes aos infratores. Era um órgão subordinado ao Ministério da Justiça que dispunha de atendimento em todo território nacional. Tinha um caráter corretivo-repressivo assistencial e se destinava ao atendimento de menores carentes, abandonados e infratores.

Em 1943, o Ministro da Justiça Alexandre Marcondes Filho formou uma comissão para revisar o Código de Menores. Havia uma preocupação de que o código não fosse exclusivamente jurídico, mas que tivesse também um caráter preventivo assistencial. Porém, dada a incompatibilidade de ideias e a urgência da revisão da lei, tem-se uma revisão provisória sob a forma de “lei de emergência” pelo Decreto-Lei nº 1.637, que prescreve outras atribuições ao SAM, subordinando-o diretamente ao Ministério da Justiça e aos juízes de menores. A subordinação do SAM ao ministério retrata a preocupação com a prevenção à criminalidade e consolida a ideia de que é responsabilidade de instituições especializadas a formação e recuperação desses menores. Segundo Gandini (2006), o SAM funcionava como um sistema penitenciário para a população menor de 18 anos.

Em 1959, chegou ao Brasil a Resolução nº 1.386, que, trazendo uma discussão internacional sobre os direitos da criança, apresentava uma carta com os direitos do

segmento infantil que fazia oposição à lei vigente no Brasil. Esses direitos consistiam em princípios programáticos, de caráter sugestivo e facultativo aos Estados.

Na década de 60, o SAM foi extinto, pois o governo diagnosticou que o alto índice de criminalidade era devido à incapacidade de órgão em gerir e executar políticas públicas direcionadas à população minorizada. Em 1963, uma comissão formada pelo ministro da Justiça João Mangabeira, do governo João Goulart, começou a elaborar uma política nacional que visava o bem-estar do menor.

Em outubro de 1964, o ministro da Justiça e negócios exteriores Milton Soares Campos propõe ao presidente da república a criação de uma Fundação Nacional do Bem-Estar (FUNABEM) para substituir o SAM. Em dezembro de 1964, pelo Decreto-Lei nº 4.513, foi implementada a FUNABEM, com o objetivo de administrar, planejar, assistir e financiar as entidades dos estados e municípios. No entanto, ao herdar o conjunto arquitetônico e as atribuições do SAM, não conseguiu transferir o trabalho para os estados e se tornou um órgão de planejamento e execução, estabelecendo contato direto com o menor.

Em dezembro de 1964, pela lei nº 4.513, foi criada a política nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM). A justificativa para tal foi um diagnóstico do governo sobre o problema do menor, segundo o qual a sociedade brasileira estava passando por um processo acelerado de mudanças e enfrentava problemas de desequilíbrio estrutural e desajustes funcionais. O objetivo, portanto, era formular e implementar uma política social com os preceitos do governo vigente.

Como em outros setores do governo ditatorial, a formulação, gestão e execução da política eram centralizadas e submetidas ao controle autoritário. A aplicação da lei era responsabilidade do Estado pelas Varas de Menores de cada estado, sendo a atuação direta aplicada por profissionais da área do serviço social, psicologia, medicina e advocacia. A institucionalização, em alguns estados, tinha o nome de Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM).

Em 1979, em virtude da pressão impingida pelas mobilizações humanistas de movimentos sociais, de partidos políticos em *prol* do menor e de insatisfações do legislativo e do judiciário, têm-se uma reformulação do Código de Menores Mello

Mattos. As alterações foram frutos dos anseios de juízes de menores preocupados especialmente com a situação do menor infrator. A revisão do Código de Menores ocorreu em meio às comemorações do Ano Internacional da Criança e certamente teve influência da Declaração Universal dos Direitos da Criança, que, anunciada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1959, reconhecia os direitos à saúde, à educação, à profissionalização, à segurança nacional e preconizava a responsabilidade da família, da comunidade e do Estado.

O novo Código implantou a Doutrina da Situação Irregular, que tomava como objeto da lei os menores que se encontrassem em estado de “patologia jurídico-social”, ou seja, ao menor autor de infração penal. Esse termo apoiava-se na falsa ideia de que todos teriam as mesmas oportunidades sócio-econômicas, como se o caminho do crime fosse uma opção subjetiva. Dessa forma, garantia proteção apenas em situações determinadas, conhecidas como “situações irregulares” (Saraiva 2003, p. 33 apud Gandini 2006, p. 44).

De acordo com Pilotti e Rizzini (1995), os menores em “situação irregular” eram crianças e adolescentes filhos de famílias pobres, privadas de condições mínimas de subsistência e instrução obrigatória.

Os menores considerados em “Situação Irregular” eram os filhos das famílias empobrecidas, geralmente negras ou mulatas, vindas do interior e das periferias, com isso a palavra “menor” deixa de ser um termo técnico e transforma-se numa expressão social, utilizada para fazer menção a um segmento da população infanto-juvenil (Gandini 2006, p 43-44).

Em 1980, houve uma intensa mobilização e pressão política de movimentos sociais e de partidos que empunhavam a bandeira da “causa do menor” em *prol* da população infanto-juvenil “marginalizada” ou em “situação irregular”, denunciando sua compulsória e sistemática institucionalização. Como resultado da luta política de diferentes segmentos sociais, tem-se, a partir de 1988, uma nova forma de conceber e atuar com a infância e a adolescência. Entra em curso o *paradigma garantia de direitos*.

Em outubro de 1988, é promulgada a Constituição da República Federativa, sendo esse o ponto de partida para a materialização jurídica da concepção de crianças e

adolescentes como sujeitos de direitos. Pela primeira vez, uma Carta Magna tem um capítulo dedicado, exclusivamente, à criança e ao adolescente, ou seja: a consideração de crianças e adolescentes como sujeitos de direito e o respeito à condição de pessoa em desenvolvimento.

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 116).

Nota-se que o termo “menor” foi substituído por “crianças e adolescentes”, em decorrência da nova concepção de direitos concernentes a toda a população infanto-juvenil.

A Doutrina de Proteção Integral prescreve o reconhecimento dos deveres e direitos especiais e específicos da criança e do adolescente no que se refere à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, reconhecendo que essa faixa etária é detentora dos mesmos direitos que os adultos e regulamentando a condição de direitos especiais concernentes à sua idade, com atendimentos voltados a todos, sem discriminação econômica, social e ética.

Em dezembro de 1989, foi submetido ao Senado Federal o Projeto de Lei nº 193, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em julho de 1990, foi promulgada a Lei nº 8.069, que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instaurando referências políticas, jurídicas e sociais referentes a essa população. Essa lei foi fruto de um processo de mobilização nacional e contou com a participação de agentes e atores sociais envolvidos em vários movimentos e instituições organizados pela luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O ECA teve a função legal e política de substituir o coercitivo Código de Menores de 1979 e introduzir uma nova concepção sobre a infância e a adolescência, considerando que são sujeitos de direitos em processo de desenvolvimento, sob a responsabilidade da família, do Estado e da sociedade.

Ao discorrer em linhas gerais sobre as diretrizes da política de atendimento, o ECA prescreve a descentralização administrativa, a municipalização das ações e a participação popular e da comunidade organizada na formulação, no controle e na fiscalização das políticas públicas. Tal participação ocorreria por meio de Conselhos nos três níveis da federação: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

De acordo com Silva (2010), a partir dessa descentralização foi possível proporcionar referências que implicam em mudanças de paradigma na área. A autora cita que o quadro anterior tinha um caráter assistencialista e filantrópico, centralizado no Estado. Hoje, predominam ideias de proteção integral por meio de políticas públicas envolvendo a sociedade civil nas decisões e por meio do funcionamento em rede, o que garante sua efetividade. O ECA prevê, ainda, a manutenção dos fundos orçamentários dos Conselhos e também um sistema articulado referente à garantia das políticas sociais básicas (educação, saúde e assistência social) e à implementação de programas especializados, destinados à proteção especial das vítimas de violação de direitos. Pressupõe a criação do Conselho tutelar, órgão Municipal permanente, autônomo e não jurisdicional, constituído por pessoas da sociedade civil encarregadas de garantir e zelar pelos direitos definidos no ECA.

O ECA é uma importante ferramenta política, histórica e efetiva, que instituiu uma nova forma de formular, gerir e de executar políticas públicas através da articulação entre União, estado, Município e sociedade civil; porém, atualmente, ainda existem contradições entre aquilo que se propõe e o que é colocado em prática: se, por um lado, a legislação brasileira superou o *paradigma correcional-repressivo*, avançando no sentido de dar bases conceituais à proteção integral à criança e ao adolescente por meio de políticas públicas, por outro lado, as próprias práticas institucionais deixam a desejar do que está proposto em legislação, pois ainda encontramos práticas repressivas e descontextualizadas quando no referimos a intervenções comunitárias.

3. PSICOLOGIA E REDE DE PROTEÇÃO

Na atualidade, muito se discute a respeito da intervenção da Psicologia em um outro contexto de trabalho, em meio a uma realidade marcada pela dominação, desigualdade e opressão (Senra, 2009; Janiake, 2012 e Ribeiro, 2013). Os profissionais de psicologia foram inseridos nos CRAS e CREAS dos municípios brasileiros a partir da implementação da política em questão e sua atuação nesses contextos requer a elaboração de uma metodologia diferente das tradicionais. É necessário, portanto, que se tenha uma compreensão mais refinada acerca dessa inserção, uma vez que é um trabalho que ultrapassa a compreensão do indivíduo de maneira isolada, generalizada e interpretativa. Ao profissional de psicologia, cabe compreender a ausência histórica de investimentos públicos a essas comunidades onde os CRASs e CREASs estão inseridos, assim como rever práticas de intervenções restritas às salas de atendimento.

Diante disso, encontramos nos estudo de Montero (1999), sob a luz da Psicologia Comunitária, que esta nova forma de atuação, comprometida com a transformação social da realidade, torna os sujeitos atendidos, construtores e participantes dessa transformação. Diferente da psicologia tradicional, ela não é realizada em *settings terapêuticos* ou consultórios privados, mas dentro das comunidades. Contudo, não utilizarei o termo “transformação social”, pois esse remete ainda à ideia inicial de objeto. Utilizarei como alternativa o termo “mudança”, pois outro objeto é construído: no caso, a sociedade.

A partir da concepção de participação proposta por Rozas (1992), tal como da de mudança social por Montero (2004), pode-se pontuar que os principais objetivos da Psicologia Comunitária são: conscientização, fortalecimento, libertação democratização e inclusão social.

A conscientização não significa simplesmente uma mudança de atitude ou opinião sobre a realidade. A conscientização pressupõe uma mudança dos sujeitos e a forma como eles se relacionam com os demais. Para isso, a prática profissional do psicólogo deve propor meios para que o sujeito transformar a si e a realidade onde está inserido, assim como ter consciência dos mecanismos que oprimem e desumanizam. A partir disso, compreendo que o processo de conscientização só ocorra por meio do diálogo. É diante desse pressuposto que entendo que o papel do psicólogo em sua

prática profissional nas comunidades seja o da conscientização da população atendida, no sentido de buscar mecanismos de ruptura com o fatalismo e a opressão.

A autora também estabelece o fortalecimento como objetivo da Psicologia Comunitária, identificando que é um modelo de intervenção que visa superar o fatalismo e a impotência dos indivíduos diante de uma realidade de opressão.

Para um desenvolvimento na perspectiva de mudança social, o profissional de psicologia deve sentir-se capaz de romper com uma estrutura ideológica dentro do contexto em que atua. Para tanto, deve buscar estratégias de fortalecimento político, como a reflexão crítica sobre sua inserção na comunidade, seu papel ativo no atendimento às famílias e as contradições e conflitos de interesses que podem aparecer nesses atendimentos.

Portanto, considero importante para o fortalecimento dos profissionais o aspecto coletivo enquanto categoria na luta de direitos pertinentes a sua atuação. Nesse sentido de coletivo também está envolvido o fortalecimento entre profissional e pessoas/famílias atendidas, pois olhar para o coletivo significa não pensar somente em histórias singulares, mas na História como processo de mudança.

Refletindo sobre aspectos de fortalecimento e sobre os objetivos de rever a atuação do psicólogo em contextos comunitários, retorno ao início do texto, em que coloquei a atuação do psicólogo na comunidade como uma questão delicada de ser analisada, pois com a abertura de novos espaços de trabalho e com a alta demanda nos serviços da assistência social é algo comumente associado à proliferação da prática comunitária.

Em Campinas, diversas instituições e organizações não governamentais construíram seus atendimentos a partir da lógica referente a proliferação das práticas comunitárias e, respaldadas pela lógica do cofinanciamento, atualmente essa rede socioassistencial privada é a maior responsável pela operacionalização dos serviços do PAEFI no município. Portanto, essa rede não se constitui como rede complementar, mas sim como efetiva, contrapondo-se ao que pressupõem as diretrizes da política de assistência social, que prevê que o Estado seja responsável pela totalidade da execução dos serviços do PAEFI (PMAS, 2014-2017).

Devido a questões históricas, essas instituições e organizações não governamentais estão associadas à igreja ou possuem um caráter assistencialista. Consciente ou inconscientemente, o uso do termo “ONG” mais oculta do que revela ações e projetos políticos apresentando-se pelo que não são, uma característica fica muito clara: “não governamentais”. Não fica claro como elas se estruturam, quais são as propostas políticas que se embasam cada ONG e não menos importante, estas supostamente estão situadas fora do Estado. De acordo com Coutinho (2011), esses serviços terceirizados se integram a uma lógica capitalista, atendendo às exigências gerais e complementares do capitalismo neoliberal que seriam de privatizar empresas estatais e serviços públicos, criando assim novas regulamentações para um novo quadro legal e diminuindo a interferência do poder público sobre as instituições privadas.

Pensando nessa estrutura de funcionamento das ONGs e nas condições de trabalho que os profissionais encontram no cotidiano, no âmbito geral, todos são considerados trabalhadores do SUAS (servidores públicos e terceirizados), mas cada qual com suas diferenças, o que gera contradições entre público e privado, é que coloco a reflexão crítica da atuação do psicólogo, cuja proposta é romper com a ideia de uma profissão que historicamente tem se prestado a categorizar, instrumentalizar, fragmentar o ser humano e responder a uma demanda imposta ou pela sociedade ou pelas entidades para as quais trabalham.

O psicólogo, em sua prática comunitária, não é somente um executor de ações definidas por entidades ou outras pessoas; no entanto, devido à prática cotidiana direcionada ao cumprimento de tarefas e por medo de retaliações, os profissionais não percebem o potencial que têm para romper com vários aspectos da prática profissional. A atuação psicológica encontra o desafio de ampliar o debate entre os diversos atores da comunidade e sistematizar a prática para a busca de maior clareza na definição de parâmetros para uma intervenção comprometida com a mudança social.

Sobre a prática do psicólogo, Martin-Baró (1996) define como fundamental a desalienação de pessoas e grupos, eliminando mecanismos que bloqueiam a consciência da identidade social. Essa função está ligada ao verdadeiro compromisso social do psicólogo. Dessa forma, concordamos com o autor quando ele diz que o importante é saber para onde vai o “que fazer” psicológico, ou seja, qual o efeito objetivo da atividade psicológica em uma sociedade. Esse apontamento gera justamente a reflexão

sobre as consequências dos fazeres da profissão, o que significa pensar em quais serão as consequências históricas e sociais que nossas atividades produzem e irão produzir.

4. CENÁRIO EM CAMPINAS DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Ao iniciar a caracterização do Município de Campinas, primeiramente procurei fontes públicas, disponibilizadas no site do município. A princípio pode parecer ao leitor um certo favorecimento ou divulgação dos “benefícios” em morar em Campinas, mas o objetivo é o oposto: procurei exatamente fontes públicas para mostrar como podem ser mascarados, enfeitados e manipulados, no que se refere à desigualdade social.

O Município de Campinas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013), tem uma população de 1.144.862 habitantes e, de acordo com o Plano Municipal de Assistência Social (2014-2017),¹⁴ passou por uma transformação econômica nos últimos anos: segundo as últimas estatísticas disponibilizadas pelo IBGE, referentes a 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) supera 27 bilhões de reais. Isso coloca a cidade em 10º lugar entre os municípios mais ricos do país, correspondendo a uma renda per capita anual de R\$ 26.133,00 valor 84% maior do que a média do Brasil e 15% superior à da população paulista.

No que se refere ao aspecto socioeconômico, Campinas está classificada, pela Fundação SEADE, como um Município do Grupo 1 do IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), ou seja, “com nível elevado de riqueza e bom níveis nos indicadores sociais”. Em duas dimensões do índice (riqueza e longevidade), a cidade tem um desempenho acima da média estadual, e o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de (0,85)¹⁵ também acima da média de São Paulo, que é de (0,814).

¹⁴ O Plano Municipal de Assistência Social propicia visibilidade das ações públicas e se torna importante ferramenta para o controle social. Neste período, de 2014 até 2017, pretende-se consolidar a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Município de Campinas através do fortalecimento da Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal, promovendo o aumento do quadro de Recursos Humanos para atender a nova lógica de trabalho, bem como adequar a padrões de qualidade o cofinanciamento das ações desenvolvidas pela rede privada parceira.

¹⁵ IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um índice que serve de comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. Esse índice também é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões.

Esses números mostram que a cidade está numa situação privilegiada comparada a outras cidades brasileiras, mas não que todo esse crescimento não é usufruído por todos e nem por grande parte dos habitantes do município, ao contrário, grande parte da população enfrenta o difícil ou escasso acesso aos serviços públicos.

A partir desses dados do IDH referentes à renda *per capita* anual de R\$ 26.133,00, proponho a discussão da dinâmica entre pobreza e riqueza em Campinas. De acordo com os dados citados acima, o município tem um elevado nível de riqueza e bons níveis de indicadores sociais; porém, um estudo realizado pelo Grupo Técnico de Estudo e Análise (GTEA)¹⁶ utiliza os mesmos dados do PIB e propõe uma outra leitura, correlacionando a dinâmica entre pobreza e riqueza por meio da divisão em quatro categorias: riqueza absoluta, riqueza relativa, pobreza absoluta e pobreza extrema.

Segundo Pochmann (2012), existem várias maneiras de dimensionar a riqueza de um município. A mais tradicional ou comum é a medida do PIB, que, em síntese, refere-se à quantidade de riqueza absoluta produzida durante um período, não levando em conta o estoque de riqueza acumulada em forma de patrimônio físico. Em Campinas, o PIB acumulou um crescimento de 44,4% na 1ª década do século XXI e a riqueza média de Campinas subiu 3,7%, essa seria a riqueza absoluta do município. Pochmann propõe uma perspectiva para além da riqueza absoluta, que leve em conta a repartição desta riqueza à população. Nesse sentido, a simples repartição do PIB entre os habitantes permite contrastar o ritmo da expansão da riqueza com o comportamento demográfico de um determinado local.

Depois desse levantamento a respeito da riqueza absoluta e da riqueza relativa, o autor traz a evolução da pobreza absoluta. Na última década, a taxa de pobreza absoluta subiu 5,5%, passando de 7,3% para 7,7%. Portanto, constata-se uma piora na repartição da riqueza, tendo em vista o aumento na taxa de pobreza absoluta.

Na última década, a Região Metropolitana de Campinas (RMC) teve um acréscimo de 29% na quantidade de pobres, cerca de 6 mil pessoas. Para o conjunto de municípios que compõe a RMC, observou-se o sentido oposto: o autor aponta, só para efeito comparativo, que, excluindo o Município de Campinas da RMC, há uma queda

¹⁶ O Grupo Técnico de Estudo e Análise foi formado por mais de 20 especialistas de diferentes áreas do saber, vinculados à Unicamp. Este núcleo vem elaborando diagnósticos de distintos setores de políticas públicas (saúde, educação, transporte, segurança, trabalho e renda e desenvolvimento econômico, entre outros).

importante no número de pobres, de 7,5% para 4,7%, na última década. Em termos absolutos, a quantidade de pobres diminuiu em 3,7 mil.

No caso da pobreza extrema, os dados são ainda mais alarmantes: a taxa de pobreza extrema teve um aumento de 48,8% em dez anos, o que significa que o número de pessoas em situações miseráveis passou de 12,1 mil para 22,4 mil. Campinas assistiu e assiste até o momento a um aumento de 10,3 mil miseráveis.

A partir desses dados, podemos observar as contradições gritantes presentes na realidade do regime capitalista em que vivemos. Levando em consideração os dez últimos anos, lidar com questões relacionadas à repartição da riqueza é um tanto quanto irônico, pois é ainda concentrada pela burguesia do município, enquanto a linha de pobreza cresce cada vez mais. É neste sentido que aponto as contradições não só do modelo de gestão, mas também da própria sociedade capitalista, que busca a manutenção dessas desigualdades para fortalecer ainda mais a burguesia.

Para Penteadó e Silva (2011), cidades que se desenvolvem com características como as de Campinas são denominadas de urbanização corporativa,¹⁷ pois apresentam uma carência de infraestrutura e impulsionam a periferação da população mais pobre com o objetivo de vender um falso produto. De acordo com essas características, Santos (1988) afirma que a urbanização corporativa cresce a partir de interesses de grandes empresas que procuram mão de obra barata e lucro abusivo. Essa urbanização corporativa, idealizada por sistemas de consumo, deseja atrair quem compre e quem consuma os serviços ofertados pela cidade e, por essa ideia, atrai a todos, até mesmo a população mais pobre.

Diante dessa realidade, pode-se perceber como o município nega questões concretas e materiais referentes à pobreza e a desigualdade social, ou mesmo incorpora o discurso de que oferecer o acesso à população aos serviços públicos como saúde, educação e assistência social é o suficiente para garantia e efetivação de direitos (Penteadó e Silva, 2011).

¹⁷ Milton Santos utiliza este conceito no que diz respeito à “prática de modernização ao que assistimos no Brasil, desde o chamado milagre econômico”, e que “conduziu o país a enormes mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, apoiadas no equipamento moderno de parte do território e na produção de uma psicosfera tendente a aceitar essas mudanças como um sinal de modernidade”. Tal conjunto, formado pelas condições materiais e relações sociais, cria condições de operação das grandes firmas, que, diretamente ou por intermédio do poder público, têm papel no processo de urbanização e reformulação das estruturas urbanas, sobretudo das grandes cidades.

Outros dados, disponibilizados durante uma reunião intersetorial da região noroeste de Campinas, mostraram que, para questões de políticas públicas, a renda domiciliar é o único critério considerado pelo governo para caracterização de vulnerabilidade. De acordo com a Fundação SEDAE (2012), o quadro abaixo mostra o total da população campineira, segundo o grau de vulnerabilidade social.

Quadro 1 – Total da população em alta e muito alta vulnerabilidade de acordo com a região.

Região	Total da população	Total da população em vulnerabilidade alta e muito alta	Porcentagem da população em vulnerabilidade alta e muito alta
Norte	198,500	26,202	18,3%
Sul	286,100	37,765	26,4%
Leste	229,700	30,320	21,6%
Sudoeste	205,720	21,155	19%
Noroeste	144.500	19.074	13,3%
Rural	15,500	2.046	1,4%

De acordo com estes dados, as regiões que se encontram em situação de alta e muito alta vulnerabilidade social são as regiões sul e leste. No que compete à leitura desses dados a partir da assistência social, a maior concentração de vulnerabilidade encontra-se nas regiões sul e leste, representando 26,4% e 21,2%, respectivamente, do total da cidade. Ou seja, quase metade da população campineira em alta ou muito alta vulnerabilidade se encontra nestas regiões.

Considera-se que as condições habitacionais também constituem uma importante dimensão a ser destacada. Um aspecto a ser considerado em relação à região leste é que esta região, ao mesmo tempo em que abriga residenciais de alto poder aquisitivo, abriga também regiões degradadas, especialmente o centro da cidade, com muitos imóveis abandonados, além da presença de cortiços.

Por outro lado, o crescimento demográfico do município se expandiu periféricamente pelas regiões sudoeste e noroeste, concentrando boa parte da população pobre nestas regiões.

Pensando nessa proporção descomunal de desigualdade no município, compreendemos a importância em falar um pouco mais sobre o conceito de vulnerabilidade social, pois não se trata apenas de um conceito que leva em consideração a renda per capita de uma família, mas sim de uma série de fatores que implicam na compreensão deste conceito. De acordo com Yazbek (2008), vulneráveis são as pessoas ou grupos que, por condições sociais, de classe, culturais, étnicas, políticas, econômicas, educacionais e de saúde, distinguem-se por suas condições precárias de vida. O que implica: suscetibilidade à exploração; restrição à liberdade; redução da autonomia e da autodeterminação; redução de capacidades; fragilização de laços de convivência; rupturas de vínculos e outras tantas situações que aumentam a probabilidade de um resultado negativo na presença de risco.

A vulnerabilidade social, especialmente a que se aplica à realidade dos países menos desenvolvidos, como é o caso do Brasil, está associada também à ideia de risco frente ao desemprego, à precariedade do trabalho, à pobreza e à falta de proteção social.

A noção de risco social é a probabilidade de ocorrência de um evento que cause dano, geralmente de rupturas, como: familiar, violação de direitos, e está associada ao aumento da pobreza, das desigualdades e vulnerabilidades sociais, nas palavras de Sposatti (2007).

Essa noção de risco não implica somente a iminência imediata de um perigo, quer dizer também que existe a possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de uma ação preventiva.

A concepção de vulnerabilidade e risco social implica considerar não só aspectos objetivos, ou seja, aqueles que estão em condições precárias ou privados de renda e sem acesso aos serviços públicos, os quais caracterizam a dimensão material da vulnerabilidade, mas também considerar aspectos subjetivos, aqueles cujas características sociais e culturais (diferenças) são desvalorizadas ou discriminadas negativamente, os quais constituem a dimensão relacional da vulnerabilidade.

Para análise das dimensões presentes nas situações de vulnerabilidade no município, no que se refere às condições de vida dos habitantes, estudos realizados pela Fundação SEADE (2010) demonstram que a renda domiciliar em 9,9% dos domicílios campineiros não ultrapassava meio salário mínimo per capita.

Outra dimensão de análise que podemos verificar se refere à equação de cobertura versus demanda dos serviços socioassistenciais. Nesta perspectiva, um bom exercício é olhar para o público em situação de alta e muita alta vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, para a oferta de serviços, como ilustra o quadro abaixo:

Quadro 2 – Relação entre demanda e oferta de serviços socioassistenciais.

Total da População em Alta e Muito Alta Vulnerabilidade	Total de Metas em Serviços e Projetos Socioassistenciais	Total da População Atendida em Serviços Socioassistenciais	Taxa de Cobertura
142.562	21.931 (rede privada) 15.409 (rede pública)	37.340	26%

Sem dúvida, fica claro através destes dados que o município não consegue nem de longe e suprir com SUAS as questões relacionadas a pobreza e as desigualdades sociais, conseguindo atender somente 26% da população que necessita do direito a esses atendimentos. Partindo da premissa, de que estes dados são públicos, acreditamos que este mapeamento sobre oferta e demanda dos serviços são dados essenciais para que a população exija do estado e do município a responsabilização de tal contradição e incoerência.

Temos consciência, que o diagnóstico socioterritorial não se esgota no levantamento e nem na leitura destes dados, pois a realização deste diagnóstico, deve ser um processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios, acompanhado da interpretação e análise da realidade da região e das demandas sociais que estão em constante mutação, estabelecendo relações e avaliações de resultados e de impacto das ações planejadas.

4.1 O CENÁRIO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTOS A VDCCA EM CAMPINAS

Como já foi citado no eixo anterior, Campinas é uma Metrópole que tem um dos maiores PIBs do país (PMC 2014), por tanto se mostra estatisticamente com um índice de desigualdade proporcional ao crescimento de seu PIB. De acordo com esses dados do PIB, espera-se que o Município disponibilize em proporção igual a seu crescimento e seu IDH, serviços e/ou espaços públicos para atender crianças e adolescentes em situação de violência doméstica. Porém, a realidade não condiz nem com o estatuto e nem a oferta de serviços é proporcional ao crescimento do PIB.

Adentrando nas questões referentes a políticas de atendimento à criança e ao adolescente, os principais órgãos que recebem denúncias são a Vara da Infância e Juventude (VIJ), o Conselho Tutelar (CT), o Disque Denúncia, Delegacias Especializadas e o Ministério Público (BRASIL, 2011). Não há dados registrados publicamente com informações a respeito de denúncias ou algum tipo de mapeamento, porém, dados quantitativos e estatísticos estão disponibilizados publicamente no Plano Municipal de Assistência Social (2010-2013) e nos Boletins do Sistema de Notificação de Violência (SISNOV/SINAN).

Em Campinas, o serviço responsável pelo atendimento de crianças e adolescentes encontra-se na Proteção Social Especial de Média Complexidade, que passou a se estruturar a partir da implantação do CREAS em 2008. O CREAS é seu polo de referência, coordenação e articulação, com o objetivo de ofertar orientação e apoio especializado e continuado às famílias e indivíduos com seus direitos violados.

Cabe destacar que o município apresenta algumas particularidades na execução dos serviços prestados no CREAS. O PAEFI, principal serviço da proteção social de média complexidade, é, em sua maior parte, executado por entidades cofinanciadas, ou

seja, por ONGs, que normalmente estão associadas a alguma entidade religiosa. A inversão desse processo de terceirização dos serviços, que deveriam ser de responsabilidade município, gera consequências no cotidiano dos profissionais da rede, como a precarização dos serviços, rotatividade dos profissionais, diferenciação dos salários e da carga horária, assédio moral por conflitos religiosos e/ou ideológicos. Tal conjuntura tornou-se desgastante para os profissionais que, atualmente por reivindicações, exigem o aumento do quadro de servidores. Essas reivindicações, acontecem por meio de movimentos dos trabalhos da assistência social para abertura de novos concursos públicos, principalmente aos serviços que são de responsabilidade do CREAS (PMAS 2014-2017).

Dessa forma, a rede de serviços de média complexidade (PAEFI), em Campinas, encontra-se distribuída por regiões, sendo estas:

Quadro 3 - Entidades Beneficentes de Assistência Social executoras do PAEFI

Região	Entidade	Número de famílias atendidas
Norte	1) Direito de Ser	60 famílias
	2) SETA	60 famílias
	3) CPTI	60 famílias
	4) Assistência Social Sagrado Coração de Jesus	30 famílias
	5) CRAMI	30 famílias
	Total	240 famílias
Leste	1) CRAMI	90 famílias
	2) Assistência Social Sagrado Coração de Jesus	30 famílias
	3) SOS Ação Mulher e Família	30 famílias
	Total	150 famílias

Sul	1) CRAMI	30 famílias
	2) AFASCOM	90 famílias
	3) Assistência Social Sagrado Coração de Jesus	30 famílias
	4) CONCCILIAR	120 famílias
	Total	270 famílias
Noroeste	1) PROGEN	90 famílias
	2) AFASCON	30 famílias
	3) CEDAP	90 famílias
	4) CRAMI	90 famílias
	Total	300 famílias
Sudoeste	1) CONCCILIAR	120 famílias
	2) Assistência Social Sagrado Coração de Jesus	30 famílias
	3) Centro Comunitário do Jardim Santa Lucia	60 famílias
	4) CRAMI	30 famílias
	5) SETA	120 famílias
	Total	360 famílias
TOTAL	11 entidades	1.320 famílias

A rede executora do PAEFI, no Município, constitui-se por 11 entidades beneficentes de assistência social, responsáveis pelo atendimento de 1.320 famílias. Em contrapartida, a oferta de atendimentos por profissionais concursados é de apenas duas duplas psicossociais, contudo, no PMAS não está especificado o número de famílias atendidas pelo CREAS. Por meio desse quadro, podemos observar que a mesma entidade pode atender mais de uma região, tal como outros tipos de serviços, o que significa mais investimento/verba pública no setor privado. A partir deste contexto, percebemos que as políticas sociais assumiram características seletivas e

compensatórias, deflagrando-se um movimento de desresponsabilização estatal na gestão das necessidades e demandas dos cidadãos. O Estado passa a transferir as suas responsabilidades para as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e para o mercado (Yamamoto, 2010).

No que compete ao sistema de notificação SISNOV/SINAN, este é um sistema eletrônico integrado, intersetorial e interinstitucional de notificação de violência doméstica contra crianças e adolescentes, violência sexual em qualquer idade ou sexo, exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, violência contra a mulher e violência contra idoso. O mesmo foi implementado em Campinas em junho de 2005 e, desde então, os equipamentos e serviços públicos registram diferentes tipos de violência. De acordo com os Boletins emitidos por este sistema, desde 2005 há um predomínio de violência doméstica entre as notificações de violências urbanas. Quanto à faixa etária, predominam casos entre 5 e 14 anos. Um ponto que acreditamos ser importante para destacar, é que este, é um documento público, de fácil acesso e está disponível para todos os equipamentos e/ou serviços públicos por onde crianças e adolescente passam, hospitais, escolas, centros de saúde, guarda municipal, conselho tutelar, entre outros e, desde que foi implantado, os maiores serviços notificadores de violência são os serviços ligados à Assistência Social, especificamente os Serviços cofinanciados pelo município e os Serviços ligados à saúde. Portanto, percebemos uma grande lacuna entre os serviços que acompanham crianças e adolescentes, quando estes não conseguem efetuar a notificação, a fidedignidade do mapeamento do sistema fica comprometida.

Além dos órgãos citados a cima responsáveis pelo recebimento das denúncias, serviços de atendimentos e o sistema de notificação de violência, o município ainda conta com um Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tem como responsabilidade:

“deliberar e controlar, em todos os níveis, as ações governamentais e não governamentais, da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Município de Campinas, segundo preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. É composto paritariamente, por representantes do poder público e da sociedade civil (PMC, 2014).

Os Conselhos Municipais representam um espaço privilegiado para a participação popular na elaboração, implementação e fiscalização de ações governamentais;

entretanto, para que esse espaço seja efetivo como órgão de controle social, é necessário que a sociedade seja atuante, ou seja, conheça as suas atribuições e se imponha diante de situações que exigem intervenções. Pressupõe-se que qualquer pessoa pode participar das reuniões, nas quais acontecem diversas deliberações, que vão desde eleições para conselheiros tutelares até a elaboração do orçamento do município e controle referente a finanças, pois uma das funções é gerir os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Diferentemente do Conselho Municipal da Saúde, a participação dos usuários dos serviços é ativa nos processos deliberativos. De acordo com as atas das reuniões do CMDCA, quem representa os usuários, as entidades em que trabalham e as famílias atendidas são os profissionais que atendem as crianças e adolescentes. Guizardi e Pinheiro (2006) compreendem que a participação política da população nos espaços dos conselhos se coloca como condição e instrumento indispensáveis não só para a construção, mas para a efetivação de direitos. Nesse sentido, compreende-se que não basta ter apenas o direito garantido em legislação, mas sim aplicado na realidade, construída coletivamente.

A princípio, pode parecer que somente a participação popular nesses espaços é suficiente para garantir ou fiscalizar o cumprimento de direitos, mas não é esse o caso. Como já foi citado, essa participação é um instrumento de construção política. O que quero ressaltar é que a ausência da participação popular, principalmente de usuários do serviço, é um dado que mostra que as políticas são construídas e mantidas pela classe dominante, que desconhece a realidade de muitos usuários dos serviços, que são acompanhados por anos, passam por diferentes serviços, se deparam constantemente com a rotatividade dos profissionais e em muitas situações as condições de vida continuam as mesmas, se encontram em situações de violência e opressão. De acordo com Guizardi e Pinheiro (2006), a participação de profissionais que representam a sociedade civil nestes espaços de conselhos tem caráter estratégico na definição e execução de políticas públicas. Trata-se de uma discriminação da classe que tem menor poder social por meio de exercícios de institucionalização da prática de controle social.

4.2 O QUE É A REDE DE PROTEÇÃO

Antes de se avançar no conceito de rede proteção, é importante trazer à discussão dois modelos de rede¹⁸ bem conhecidos em nossa cultura e, especialmente, em nossa história popular. O primeiro modelo é a rede de pescar, aquela mesma que o pescador utiliza na pescaria. Mas o que a rede de pescar tem a ver com a rede de proteção? Ela pode nos ajudar a visualizar que tipo de rede de proteção pode-se construir.

Primeiramente, o que nos interessa analisar é a atitude do pescador, o cuidado que ele tem antes de sair para o mar. Ele verifica quais são as condições físicas da rede, se está rasgada ou se tem aberturas maiores que as previstas. Abre e estende-a a fim de verificar as suas condições. Percebe que a forma da rede de pescar é muito interessante: não tem início, meio, nem fim, mas um entrelaçamento de pontos que dá a ideia de distribuição por igual. Tem flexibilidade para tomar a forma do peixe e resistência para suportar sua força junto à do balanço das águas.

O segundo modelo é a rede de dormir. A rede de dormir logo nos remete à ideia de proteção, cuidado e acolhimento. Por isso, é uma rede muito forte e, também, resistente, que distribui o peso e se molda ao corpo de quem a está utilizando, sendo, acima de tudo, confortável.

Esses dois modelos de rede nos dão uma ideia inicial do tipo de rede de proteção que se pode construir. Tomo como base essa ilustração porque acredito que compreender a semântica da expressão “rede de proteção” esclarece um posterior entendimento sobre as políticas, serviços e equipamentos disponíveis no que se refere ao atendimento de crianças e adolescentes no Município de Campinas.

Quando falamos em proteção, contraditoriamente logo pensamos em algo que está desprotegido, vulnerável ou em risco. Portanto, para compreender a rede de proteção, precisamos entender também a interligação dialética entre os conceitos de risco e proteção, na medida em que são dois polos de uma mesma variável, funcionando num *continuum* (Trombeta, 2000). Compreender os fatores de risco e proteção é

¹⁸ A primeira vez que ouvi uma comparação entre rede de pescar, de dormir e rede de proteção foi no XVII Encontro Nacional de Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos, durante o Minicurso intitulado: A Violência Incestuosa e as Políticas de Saúde e Assistência: Reflexões sobre o lugar do Psicólogo na rede, organizado pela Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO 2013

especialmente importante para a psicologia, pois implica em compreender a relação desses fatores com a sociedade e as contradições que eclodem a partir daí, tanto na esfera coletiva quanto individual.

Os fatores de risco estão interligados a características ou variáveis que, se presentes em um determinado contexto, tornam pessoas ou grupos mais vulneráveis ao desenvolvimento de desordem psicológica (Lacerda e Guzzo, 2005). Trombeta (2000), no entanto, traz em sua pesquisa que os fatores de proteção diminuem o impacto da exposição a fatores de risco, de forma que o desafio, portanto, seria identificar quais são os fatores que podem promover ganho de controle sobre atitudes, escolhas e decisões futuras, ou seja, o incentivo ao bem estar e à saúde psicológica. A superação dos fatores de risco não se fixa na fuga do risco, mas sim pela aquisição de suporte para conviver e lidar com essas situações. Esses fatores têm a função de interagir com eventos da vida cotidiana, principalmente na vida de pessoas que estão em situação de risco pessoal e social, e acionar processos (através das relações com a família e/ou a sociedade) de resgate e fortalecimento de dimensões sadias dos indivíduos, que possibilitem luta e, por fim, superação (Poletto e Koller, 2008).

Euzébios Filho e Guzzo (2006) destacam como fatores de proteção: a autoestima, a habilidade de lidar com as próprias emoções, a união familiar, a estabilidade financeira, a identidade própria, o respeito e ser membro de um grupo que compartilhe dos mesmos objetivos, expectativas, valores e crenças. Já como fatores de risco, sugerem fatores inversos, como: a baixa autoestima, dificuldade em expressar seus sentimentos, falta de união familiar, instabilidade financeira e não pertencer a nenhum grupo.

Os mesmos autores propõem ações coletivas e afirmam que essas podem causar grandes impactos na vida social. A superação da barreira individual pode gerar um sujeito fortalecido e disposto a agir coletivamente, ao passo que superar as dificuldades coletivas pode gerar a transformações nas relações sociais (Euzébios Filho e Guzzo, 2006).

É nesse sentido, de superar ações individualizadas e compreender que o fenômeno de violência doméstica contra crianças e adolescentes é multicausal, que surge um dos desafios mais recorrentes nas políticas de assistência social: o trabalho em rede de proteção. A articulação de saberes, experiências e ações entre os profissionais

que trabalham nos serviços de Assistência Social não é efetiva na prática e ainda segue um modelo médico e individualizante que culpabiliza o sujeito e/ou a família. De acordo com Habzang, Azevedo, Koller e Machado (2006), o trabalho em rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente ainda conta com o despreparo dos profissionais, sejam da saúde, educação, assistência ou judiciário. Os profissionais se deparam com realidades diversas e encontram dificuldades em lidar tanto com o fenômeno em si, quanto com questões metodológicas, que são fragmentadas e difusas.

Dessa forma, compreende-se por que o trabalho em rede pouco avança e as ações de intervenção acabam sendo realizadas novamente de maneira institucionalizada. As intervenções referentes ao judiciário desconhecem os aspectos psicológicos que uma situação de violência pode causar, assim como a saúde e a educação, em alguns momentos, negligenciam dilemas legais no que se refere às denúncias, o que também pode contribuir para um dano psicológico futuro. A assistência, por sua vez, fica num impasse por ter de responder a ações legais quando não consegue ou não tem serviços para encaminhar às famílias.

Diante dessa perspectiva, podemos definir rede de proteção como uma articulação de pessoas, instituições e serviços com o objetivo de atuar em causas e projetos de modo igualitário e democrático, sem que nenhum serviço ou profissional se sobressaia a outro. É uma organização baseada na divisão de responsabilidades e competências. A expressão “trabalho em rede” não é nova, mas constituiu fundamentalmente uma concepção de trabalho coletivo, que indica a necessidade de ações conjuntas, compartilhadas, na forma de uma “teia social”, uma malha de múltiplos fios e conexões (CFP, 2009). É, portanto, antes de tudo, uma articulação política, uma aliança estratégica entre atores sociais (pessoas) e forças (serviços/instituições), não hierárquica, que tem na horizontalidade das decisões e no exercício do poder, os princípios norteadores mais importantes.

A Norma Operacional Básica (NOB-2005) do SUAS descreve a rede socioassistencial como sendo:

“um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que oferta e opera benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas essas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia básica e especial e ainda por níveis de complexidade.” (p. 22)

É nesse sentido que compreendo que a violência doméstica contra a criança e o adolescente seja um fenômeno que necessita de um trabalho articulado e conjunto, que considere a complexidade da relação entre família, comunidade, o cotidiano desses sujeitos. Isso significa que os profissionais, as organizações e os serviços devem reconhecer possibilidades de atuação e nas limitações a nível individual e, portanto, necessitam de outros saberes. Ninguém e nenhuma organização é suficiente para responder e implementar ações totalmente resolutivas em seu próprio âmbito de atuação. É, portanto, uma questão de competência e responsabilidade legal, pessoal e ética buscar compreender em sua totalidade a realidade vivida pelas famílias acompanhadas.

De acordo com Habgzigang, Azevedo, Koller e Machado (2006), cada profissional, seja ele servidor público ou não, tem algo a falar, a fazer, a propor e, especialmente, a contribuir para melhor compreensão do fenômeno e para proteção das crianças, dos adolescentes e das famílias em situação de violência doméstica. Trabalhar em rede é, antes de tudo, reconhecer que todos os sujeitos são dotados de capacidades e de potencialidades, tal como de fragilidades e de limitações.

Em acordo com o objetivo deste trabalho, que é caracterizar a rede de serviços que atendem violência doméstica contra a criança e o adolescente no que compete à política do SUAS, abordarei a Proteção Social de Média Complexidade, pois é esse o serviço responsável pelos atendimentos à população em questão.

A organização da Proteção Social Especial de Média Complexidade, na lógica da NOB-SUAS, iniciou-se com a estruturação da Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial de Média Complexidade, em 2008, seguindo a mesma lógica segundo a qual foi criado o primeiro Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Nesse ano, o CREAS foi organizado a partir de três programas já existentes no Município: PETI (Programa para Erradicação do Trabalho Infantil), incluído no Programa Convivência e Cidadania; VDCCA (Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes); e ESCCA-Rua (Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes em Situação de Rua). Contrariando o que está proposto no SUAS no que tange à execução dos serviços, o CREAS foi implementado não só distante do território das famílias atendidas, como também da região central do município, o que dificulta o acesso dos usuários. Referente aos atendimentos a essa demanda de média complexidade, duas

duplas psicossociais, no caso, servidoras (es) públicas (os) encaminham os casos para entidades cofinanciadas pela Prefeitura de Campinas, onde serão atendidos (PMAS, 2014-2017).

Mediante a análise da atual conjuntura dos serviços de proteção a crianças e adolescentes no plano econômico e político de Campinas, é possível perceber aspectos fundamentais no que diz respeito à articulação da rede de proteção em relação ao plano de atendimento familiar. Identificam-se, na realidade, contradições práticas e políticas entre o que está posto em legislação e o que é encontrado na prática. Diante disso, percebe-se a importância em fomentar pesquisa e estudos sobre a realidade em que nos inserimos enquanto psicólogos.

A análise desses dados aponta, primeiramente, a necessidade de mais estudos sobre a articulação dos serviços que atendem casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Para tanto, deve-se identificar equipamentos responsáveis pela proteção desses direitos referentes à proteção de média complexidade e, compreender a importância dos mesmos na construção e manutenção de políticas públicas em torno desse fenômeno.

II. OBJETIVOS

GERAL

O que se pretendeu com a realização deste trabalho foi caracterizar a rede que atende casos de violência doméstica contra a criança e o adolescente, especificamente no que compete aos serviços da Assistência Social e discutir a implementação da intersetorialidade no contexto neoliberal.

ESPECÍFICOS

- Identificar os equipamentos responsáveis pela proteção dos direitos da criança e do adolescente referentes à proteção de média complexidade.

- Compreender a configuração da rede de proteção, apontando qual o papel de cada equipamento no que se refere à articulação para a efetivação das intervenções.

III. METODOLOGIA

a) FUNDAMENTOS

As questões desenvolvidas por este trabalho originaram-se da prática profissional em que me inseri desde a graduação. O objetivo é compreender as estratégias que a rede de proteção encontra para o enfrentamento à violência doméstica de crianças e adolescentes, mesmo considerando que essas informações podem não ser acessadas de maneira fácil, clara e aparente. Como a proposta baseia-se na leitura de documentos públicos, parto do princípio de que estes documentos não devem ter um viés partidário ou eleitoreiro. A partir disso, tomo como base para minha investigação o materialismo histórico dialético, método originado pelos estudos de Marx. Esse método implica penetrar em um universo de informações que não são dadas aparentemente, mas que precisam ser desveladas e compreendidas em suas contradições.

De acordo com Trivinos (1987), o materialismo histórico dialético baseia-se na concepção materialista dos fenômenos, considerando suas dimensões históricas e sociais. Esse enfoque expressa a noção de que a realidade material tem existência independente da ideia, pensamento ou razão, e sugere a contradição como elemento fundamental para a análise das relações sociais.

Para analisar a articulação das redes de proteção, no sentido de clarificar documentos públicos e compreender seu movimento histórico e político, é necessário conhecer a dinâmica e a estrutura de funcionamento dessas redes o que, neste caso, é o objeto a ser estudado nas políticas de proteção. De acordo com Paulo Netto (2011), o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto, de sua estrutura e dinâmica, tal como ela é em si mesma, na sua experiência real e independente dos desejos do pesquisador. É pela teoria que o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa.

De acordo com Martins (2006), o materialismo histórico como arcabouço teórico é um instrumento de interpretação da realidade e contém em sua essência a lógica da dialética. Para a autora, a lógica dialética, própria da epistemologia marxiana, não parte do princípio das dicotomias entre sujeito e objeto, quantitativo e qualitativo ou indutivo; pelo contrário: ela não exclui nenhuma dessas perspectivas, uma vez que incorpora a lógica formal, indo além para superá-la. É nesse sentido que devemos compreender a

diferença entre oposição e contradição, pois não se trata de reconhecer a oposição do confronto entre o que é externo, mas sim de tê-los como interiores um ao outro. Essa seria a lógica dialética.

No que diz respeito à apreciação dos documentos públicos escolhidos para análise, o materialismo histórico dialético compreende que o mundo empírico apresenta apenas manifestações fenomênicas da realidade. A essência do fenômeno não está posta e essa revelação só se dá através da mediação e das contradições inerentes a ele (Martins, 2006). Para isso, será necessário compreender o que está posto nos documentos não só enquanto forma de descrição dos acontecimentos, mas analisar também quem escreveu, em qual momento o fez, quais foram os seus objetivos e qual o papel político dos espaços em foram construídos.

Sobre a escolha de instrumentos e técnicas de investigação, Paulo Netto (2001) afirma que são os mais variados propostos pela teoria de Marx, pois vão desde a análise documental até a observação, coleta de dados e quantificação. Em todos os casos, no entanto, constituem meios para que o pesquisador se aproprie da matéria. O autor ainda pontua que, no estudo de Marx, o método não é um conjunto de regras que se aplicam a um objeto de investigação, muito menos um conjunto de regras que o pesquisador escolhe para “enquadrar” aquilo a que se propõe estudar. Ao contrário, ele afirma que o pesquisador deve ser fiel ao objeto, e acredita que é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. É importante acrescentar ainda que, para ele, a teoria é indissociável da formulação do método.

Considerando que a análise de documentos públicos e de diários de campo são os objetos centrais de investigação desta pesquisa, é necessário explicitar seu caráter documental. A principal característica da pesquisa documental é a utilização de documentos como fonte primária, ou seja, que não sofreram nenhum tipo de tratamento científico (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009).

Nesse sentido, o uso de documentos em uma pesquisa deve ser valorizado, uma vez que possibilitam ampliar o entendimento do objeto, cuja compreensão necessita de uma contextualização histórica e cultural. Quando um pesquisador utiliza documentos

com o objetivo de extrair informações, ele utiliza técnicas apropriadas para seu manuseio e análise (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009).

Para isso, os autores propõem a análise documental, cujo intuito é produzir, reelaborar ou criar novas formas de compreender o fenômeno. O investigador deve interpretar e sintetizar as informações, determinando quais intenções estão dispostas e na medida do possível até fazer inferências. Sendo assim, o resultado da análise documental vai além de uma leitura comum, pois está fundamentada em descrições sistemáticas e nas consequentes interpretações.

Dentro desse propósito, a análise dos documentos públicos, concomitante à análise dos diários de campo realizados pela pesquisadora, podem construir uma compreensão da realidade estrutural no que se refere à rede de proteção, tal como proporcionar uma reflexão acerca de possibilidades para a desobstrução da mesma. Para tanto, foram analisados os movimentos contraditórios que emergem a partir do que está proposto na política e como se dá a relação entre os serviços e a realidade concreta, identificada pela articulação desses serviços atualmente no município de Campinas.

b) CONTEXTO DA PESQUISA

Segundo dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), o município de Campinas tem uma população estimada em 1.144.862 habitantes e caracteriza-se como um centro de desenvolvimento tecnológico, industrial, classificada segundo o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS, 2014-2017), como um dos municípios de nível elevado de riqueza e bom níveis nos indicadores sociais. Apesar de sua representação no cenário nacional como centro de desenvolvimento econômico, Campinas também comporta grandes marcas de desigualdade social.

No sentido oposto aos dados publicados pela Prefeitura Municipal de Campinas para a apresentação da cidade, a taxa de pobreza absoluta na última década subiu 5,5%, passando de 7,3% para 7,7% (GTEA, 2012). Portanto, constata-se uma grande desigualdade na repartição da riqueza, tendo em vista o aumento na taxa de pobreza absoluta.

Mas alarmantes são os dados da pobreza extrema, que teve um aumento de 48,8% em dez anos, o que significa que o número de pessoas em situações miseráveis passou de 12,1 mil para 22,4 mil. Campinas assistiu e assiste até o momento a um aumento de 10,3 mil pessoas em situação de miséria (GTEA, 2012).

Com base nesses dados, pode-se ter uma visão do impacto que a situação de pobreza exerce na vida de uma parte da população. A princípio, a expressão da vida cotidiana dessa população é baseada em um baixo nível econômico, sem acesso ou acesso precário aos serviços básicos de saúde, assistência e educação. Portanto, acreditamos que seja de suma importância compreender o papel das políticas sociais (neste caso, as políticas de assistência social) no cotidiano dessas famílias.

Para compreendermos claramente o papel dessas políticas sociais do município, é necessário esclarecer a situação política administrativa pelo qual o mesmo passou no período em que os documentos foram analisados.

Primeiramente, o município passou por um período de dez anos sem realização de concurso público para a Secretária de Assistência Social, o que resultou na terceirização dos serviços socioassistenciais, essencialmente do SUAS. Além disso, na administração Municipal, houve a cassação do prefeito e do vice-prefeito, cuja justificativa foi terem participado em esquemas de corrupção¹⁹. Durante esse período, percebemos que questões políticas-administrativas do município ficaram esvaziadas e que a falta de investimento e planejamento financeiro em ações referentes à assistência social agravou a necessidade já posta em sua frágil organização.

c) CENÁRIO DE PESQUISA

Dois dos documentos analisados na presente pesquisa foram produzidos no contexto de reuniões organizadas pela Comissão de Enfrentamento à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, cujo objetivo é efetivar a política de atendimento à crianças e adolescentes de acordo com o artigo 3º, I, da Resolução

¹⁹ Hélio de Oliveira Santos teve seu mandato cassado pela Câmara dos Vereadores em agosto de 2011. Ele sofreu um impeachment sob acusação de ter cometido infrações político-administrativas ao não impedir um esquema de corrupção e irregularidades na aprovação de loteamentos e na instalação de antes de telefonia celular. Outras acusações contra o ex-prefeito foram de ter sido omissos ao permitir que um esquema de corrupção se instalasse em sua administração na SANASA. Sua esposa e chefe de gabinete Rosely Nassim Jorge dos Santos foi acusada de ser uma das principais responsáveis em esquema de cobrança de propinas na prefeitura.

009/2005, que propõe a garantia de um planejamento cujas ações de prevenção e atenção à VDCCA sejam realizadas de forma articulada e integrada com a rede de serviços públicos e privados, definindo os papéis e responsabilidades de forma a considerar a complexidade do fenômeno em questão.

Atualmente, no município de Campinas, a parte referente ao atendimento socioassistencial dessa rede de atendimento é formada por um conjunto de 131 ONGs cofinanciadas, que executam os serviços direcionados a crianças e adolescentes. Cabe aqui destacar que o município apresenta particularidades na execução dos serviços prestados pelo CREAS. O Programa de Atendimento Especializado a Família e ao Indivíduo (PAEFI), principal serviço da proteção social de média complexidade, é em sua maior parte realizado por entidades cofinanciadas pela prefeitura (PMAS 2014-2017). Essa rede executora do PAEFI constitui-se por onze ONGs, que são responsáveis pelos atendimentos. Isso contraria, portanto, o que está proposto nas diretrizes da política de assistência social, uma vez que a finalidade dessas entidades seria apenas complementar. Mediante a esta situação, percebe-se que essa é uma estratégia política encontrada pelo município para enfrentar ou minimizar as mazelas da questão social.

d) FONTES DE INFORMAÇÕES

Os documentos analisados na pesquisa são divididos em três tipos: 1) dezoito atas produzidas pela Comissão de Combate à Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente (VDCCA), cuja responsabilidade de organização é do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Os participantes dessa comissão são trabalhadores de diversos serviços relacionados ao atendimento a crianças e adolescentes, como saúde, educação e assistência social; 2) sete Boletins do Sistema de Notificação de Violência disponibilizados no site da PMC, cuja finalidade é sistematizar intersetorial e interinstitucionalmente as notificações de violência doméstica, sexual e exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes. Esses Boletins geram informações e indicadores que podem contribuir para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para o enfrentamento das violências; 3) oito diários de campo realizados pela pesquisadora, no período em que a mesma estava inserida no grupo de

Pesquisa Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação²⁰ como apoio técnico. A participação do grupo na comissão de VDCCA se deu através de um convite realizado por uma das representantes da comissão, com a finalidade de estruturarmos um grupo de estudos sobre os autores de violência sexual. Portanto, os desdobramentos dos encontros e da elaboração dos diários de campo se deram a partir da demanda levantada pelo grupo, ocasionando assim a realização do I Seminário Internacional sobre Autor de Violência Sexual Doméstica. É preciso ressaltar que, enquanto instrumento de pesquisa, o diário de campo é um recurso utilizado amplamente em pesquisas sociais. Ele revela, especialmente, a interação entre pesquisador e a realidade (González-Rey, 2002).

e) DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Os documentos produzidos pela comissão de VDCCA e pelo SISNOV são documentos públicos disponibilizados nos sites da Prefeitura de Campinas e do CMDCA. Considerando os objetivos que buscamos alcançar com a realização desta pesquisa, as informações obtidas nos documentos foram analisadas a partir da perspectiva qualitativa, já mencionada anteriormente, através da utilização de procedimentos da análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma abordagem de trabalho usada para interpretar as mensagens guardadas em uma variedade de documentos, abrindo facetas dos fenômenos da vida social inacessíveis de outros modos (Moraes, 1999).

Isso significa dizer que esses documentos, nossa fonte de informação, foram analisados por meio de um processo construtivo-interpretativo, que visou obter, através da descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitissem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou recepção dessas mensagens. Conforme sugere González-Rey (2002), buscamos designar elementos que adquiram significação graças à interpretação do pesquisador, cujos aspectos subjetivos e objetivos se integram em uma unidade indissolúvel.

²⁰ Grupo coordenado pela Prof^a Dr^a Raquel Souza Lobo Guzzo. As principais repercussões do grupo foram a participação em fóruns para o debate sobre Políticas Públicas na Educação, Saúde e Assistência Social; organização de um Seminário Internacional sobre Violência Doméstica com a participação de servidores da assistência e demais profissionais ligados ao SUAS; Plano de Ação para inserção do psicólogo na rede pública de Campinas.

Para que a coerência entre os objetivos explicitados e o processo interpretativo-constutivo próprio desse tipo de análise fosse estabelecida, foi adotado um procedimento de análise que, de acordo com Moraes (1999), envolve os seguintes passos:

- 1) Preparação e organização do material
- 2) Leitura do material e unitarização, ou transformação do material em unidades de sentido,
- 3) Categorização ou classificação das unidades em categorias,
- 4) Descrição,
- 5) Interpretação

Desse modo, em primeiro lugar, foi realizada uma sistematização das atas da comissão de VDCCA por ano (2011 e 2012), estabelecendo um total de documentos por período, cuja somatória corresponde a 18 atas, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 4 – Registro de quantidades de Atas

ANO	PERÍODO	QUANTIDADE DE ATA	RELATOR
2011	08/02/2011 a 11/10/2011	09	Conselheira Representante do CMDCA
2012	10/02/2012 a 15/10/2011	09	Conselheiro Representando do CMDCA
TOTAL		18	2

Em seguida, cada documento foi lido e relido. Evidentemente, a leitura não foi realizada aleatoriamente, mas respaldada por um referencial teórico específico, iluminada pela definição assimilada *a priori* e já expressa em linhas anteriores, da rede de serviços que atendem violência doméstica contra crianças e adolescentes.

A partir dessa leitura, buscamos identificar quais seriam as dimensões do trabalho em rede sob a perspectiva dos trabalhadores num espaço coletivo que caracterizaria a articulação da rede. Assim, durante a leitura, foram grifados trechos condizentes com os objetivos da pesquisa.

Terminando essa etapa, todos esses trechos grifados, as unidades de análise, foram extraídos e colocados em uma tabela. Esse procedimento, de acordo com Moraes (1999), é o processo de unitarização, conforme demonstrado em Anexo.

As unidades de análise, por sua vez, subsidiaram o conseqüente processo de categorização. De cada unidade de análise, elaboramos um elemento descritivo, um indicador, que funcionou como uma síntese do seu conteúdo. Esse procedimento permitiu que agrupássemos os indicadores por meio de seus aspectos de proximidade, considerando a parte comum existente entre eles. Agrupadas essas dimensões, elaboramos categorias temáticas, dotadas de sentido, que as representassem, conforme a proposta apresentada por González-Rey (2002). Sistematizamos, então, tabelas com a apresentação das categorias, uma correspondente às atas da comissão de VDCCA (em Anexo) e outra correspondente aos diários de campo produzidos no grupo de estudos (em Anexo). Para facilitar a visualização, as categorias construídas a partir das unidades de análise estão expressas nos quadro a seguir:

Quadro 5 – Categorias representativas sobre o trabalho em rede a partir das Atas.

1	Desarticulação da rede
2	Dificuldade na compreensão e orientação de fluxo
3	Capacitação/ Formação
4	Ausência do Poder Público
5	Terceirização dos Serviços Públicos

Quadro 6 – Categorias representativas sobre o trabalho em rede a partir dos diários de campo.

1	Desarticulação da rede
2	Formação/capacitação
3	Ausência do poder público

É preciso ressaltar que a categorização representa os esforços de um processo cíclico e circular, que exige dedicação e refinamento e que deve culminar com a extração do sentido das informações contidas nas unidades de análise. O sentido, por sua vez, depois de extraído, deve ser expresso, discutido, refletido e interpretado. Essa expressão é o que pretendemos atingir com a construção da sessão seguinte, quando apresentamos os resultados e a discussão daquilo que empreendemos ao longo desse processo construtivo interpretativo, conforme denomina González-Rey (2002).

Antes, porém, é preciso considerar, de acordo com a perspectiva qualitativa anteriormente explicitada, que a elaboração das categorias esteve fundamentada no materialismo histórico dialético, cujos princípios nortearam o processo de construção das informações decorrentes do processo interpretativo que desenvolvemos ao longo dessa pesquisa. Conforme aponta Triviños (1987), o materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e, como tal, visa buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento, baseando-se assim numa interpretação dialética do mundo.

Especificamente nas ciências sociais e humanas, essa abordagem de pesquisa oferece o princípio para uma construção não fragmentada dos fenômenos observados, na medida em que considera suas dimensões históricas, políticas, econômicas e sociais e não cinde o conjunto pesquisador e pesquisado ao longo do processo investigativo. Assim, através da utilização desses princípios, enfatizamos as informações organizadas nas unidades de sentido, iluminando as contradições e semelhanças e estabelecendo suas perspectivas a partir de um enfoque historicamente contextualizado (Triviños, 1987).

Para González-Rey (2002), o desenvolvimento de categorias é um dos processos mais ricos da pesquisa, na medida em que possibilita a conceituação de questões que aparecem durante seu curso e que não podem ser conceituadas inicialmente. As categorias representam uma construção em relação aos elementos presentes nas unidades de análise e concretizam a organização do processo construtivo-interpretativo, culminando, assim, na elaboração de uma produção teórica, na articulação de uma reflexão pertinente. Por isso, enfatizamos que o processo de interpretação, na verdade, acompanha todas as etapas de análise das informações, desde a sua preparação até a construção da reflexão final.

Portanto, as categorias que emergiram do processo construtivo-interpretativo que empreendemos conduziram a uma nova representação do estudo, onde alcançamos aspectos de sentido inacessíveis nos momentos anteriores a ele. Esses aspectos serão apresentados como os resultados que obtivemos, porém, os mesmos não devem ser observados como dados estanques, pois consideramos o movimento constante entre as unidades de análise, a construção das categorias e o processo de interpretação que os permeia.

Terminada a etapa da sistematização das atas do CMDCA, foi realizada a sistematização do Boletins do SISNOV por ano (2006 a 2012), estabelecendo um total de documentos por período, cuja somatória corresponde a 7 Boletins, conforme demonstra o quadro abaixo e a quantidade de notificações geradas nestes períodos:

Quadro 7- Registro dos Boletins do SISNOV

ANO	PERÍODO	QUANTIDADE DE NOTIFICAÇÃO
2006	01/06/05 a 31/05/06	116
2007	01/07/05 a 31/12/07	942
2008	01/07/05 a 31/12/08	432
2009	01/01/09 a 31/12/09	493
2010	01/01/10 a 31/12/10	587

2011	01/01/11 a 31/12/11	552
2012	01/01/12 a 31/12/12	674

Analisando o quadro acima, podemos perceber o aumento gradativo do número de notificação de violência contra crianças e adolescentes, com exceção do Boletim referente ao ano de 2007. Pode-se perceber, durante a leitura dos documentos, que a metodologia da coleta dos dados e da sistematização dos mesmos não aconteceu de maneira unificada, uma vez que, a cada ano, os dados apresentados foram quantitativamente diferentes e, por isso, não foi possível identificar o porquê do número de notificações em 2007 ser tão discrepante aos outros anos.

Seguindo o mesmo procedimento da sistematização das atas, cada documento foi lido e relido e, novamente, a leitura foi respaldada por um referencial teórico específico, considerando os objetivos do estudo. A partir desta leitura, buscamos identificar e grifar quais seriam as dimensões do trabalho em rede sob a perspectiva dos gestores que organizam os dados e como os mesmos caracterizariam a articulação da rede. Porém, o que encontramos referente à rede de proteção foram somente dados gerados pelas unidades notificadoras.

Terminada essa etapa, todas as informações grifadas referentes ao objetivo da pesquisa foram alocadas no quadro abaixo, de acordo com os dados disponibilizados pelo sistema de notificação. Contudo, as informações contidas nos Boletins não são tão fidedignas. De acordo com o último Boletim gerado, observa-se que o número de notificações apresentam diferenças quantitativas, em parte devido à modificação na sistematização e digitalização dos dados.

A partir de 2009, as notificações passaram a ser digitadas no SISNOV e a transferência desses dados foi alinhada à base de dados do Ministério da Saúde, denominado Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINASAN). Essa transferência é feita centralmente por um profissional do Comitê Interinstitucional e Intersetorial do SISNOV. Nesse processo, as fichas de notificação são revistas e em alguns casos corrigidas; porém, o Boletim não disponibiliza quais os procedimentos tomados para a correção e em quais casos essa correção é realizada.

Nesta etapa da pesquisa, tivemos uma grande dificuldade em sistematizar e categorizar os dados publicados antes de 2009, devido à oscilação quantitativa que encontramos nos três Boletins desse período e pelo fato de que, inicialmente, utilizava-se como critério de inclusão de notificação o período de 28 de fevereiro a 28 de fevereiro de cada ano e, com esse novo formato de sistematização, o critério para inclusão dos dados foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro.

Devido a essas circunstâncias, utilizamos somente os dados gerados a partir do ano de 2009, por unidade notificadora, como demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 8 - Notificação por Tipo de Unidade e Faixas Etárias nos anos de 2009 a 2012

TIPO DE UNIDADE	0-11	12-17	TOTAL
PSI/HM Celso Pierro	26	5	31
Segurança	1	0	1
SMCAIS/ cofinanciadas	85	49	134
SMCAIS/ próprias	27	26	53
SME	2	0	2
SMS/PA/OS	150	144	294
SMS/ próprias	19	12	31
UNICAMP/CAISM/HC	50	78	128
TOTAL	360	314	674

A partir desses dados, observa-se que as principais unidades notificadoras que alimentam o banco de dados do SISNOV foram as unidades relacionadas a SMS seguidas pelas unidades co-financiadas relacionadas a SMCAIS. Foram registradas 294 (48,2%) notificações pelas unidades PA/OS da SMS, 187 (27,7%) pelas unidades da SMCAIS e 128 (19,0%) pela UNICAMP/CAISM. Neste ano, houve uma significativa redução das notificações pelas unidades da SMCAIS, que tinham sido as principais notificadoras em 2011.

De acordo com o último Boletim gerado, no ano de 2012, foi possível verificar o aumento de unidades notificadoras, sendo estas 26 na área da saúde (23 da SMS, 2 da

UNICAMP/CAISM e 1 da PUC), 22 na área da assistência social (6 unidades próprias da SMCAIS e 16 co-financiadas), 2 área de educação e 1 da área de segurança – Guarda Municipal de Campinas. Contudo, o mesmo Boletim não explica quais são os critérios para uma unidade fazer parte da notificação e nem explica a redução do número de unidades notificadoras, demonstrada no quadro abaixo:

Quadro 9 – Registro de Unidades Notificadoras do SISNOV

ANO DE NOTIFICAÇÃO	UNIDADE NOTIFICADORA
2009	38
2010	45
2011	38
2012	51
TOTAL	172

Quanto ao local de ocorrência, a residência continua sendo o principal local de notificação de violência, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

Quadro 10 - Notificação por local de ocorrência nos anos de 2009 a 2012

Local de ocorrência	Feminino	Masculino	Total
Ign/Branco	26	20	46
Residência	249	181	430
Habitação Coletiva	0	3	3
Escola	13	9	22
Local de Prática Esportiva	2	2	4
Bar ou similar	3	4	7
Via Pública	48	42	90
Comércio e serviços	13	15	28
Indústrias/Construção	0	1	1

Outros	27	16	43
Total	381	293	674

Quadro 11 - Registro de notificação por Autor e Tipo de Violência de 2009 a 2012

Autores	Física	Sexual	Psicológica	Negligência	Outras	Total
Pai/Padrasto	227	223	206	216	17	889
Mãe/Madrasta	273	8	327	805	22	1435
Pais	69	1	132	220	0	422
Irmão/Irmã	27	20	11	2	0	60
Amigo/Conhecido	36	113	38	33	1	221
Desconhecido	35	54	8	10	1	108
Namorado (a)/Ex namorado (a)	8	7	3	0	0	18
Pessoa Relação Institucional ou Cuidador	70	0	4	2	0	13
Outros	49	79	29	27	0	184
Total	731	505	758	1315	41	3350

Quanto ao provável autor, observa-se que, quando se trata de violência física, psicológica e negligência, predomina o grupo de mãe/madrasta e, quando se trata de violência sexual, a predominância é para o grupo de pais/padrasto. A partir destes dados, podemos verificar que a maioria dos casos notificados se referem à violência doméstica, uma vez que os autores predominantes são os grupo: pai/padrasto, mãe/madrasta e pais.

IV. Resultados e Discussão

Antes da exposição dos resultados, devemos retomar os objetivos anteriormente delimitados, uma vez que, sobre eles, organizamos uma determinada direção teórica e, a partir deles, vislumbramos o caminho que deveria ser trilhado com o intuito de alcançar a proposta que eles sustentavam. De maneira sintética, os nossos objetivos têm o seguinte propósito: compreender a configuração da rede de proteção, apontando qual o papel de cada equipamento no que se refere à articulação para a efetivação das intervenções, e então, elaborar categorias que representassem a visão dos trabalhadores sobre o que seria o trabalho em rede e como se dá essa articulação.

As atas produzidas pelos representantes do CMDCA no espaço de discussão referente à articulação do trabalho em rede, os diários de campo produzidos pela pesquisadora também realizados neste mesmo espaço e os Boletins do SISNOV produzidos pelas unidades notificadoras e sistematizado por uma equipe da gestão Municipal foram fontes reveladoras de uma multiplicidade de eventos.

Através da escrita, esses documentos apontaram nuances de suas próprias impressões e contradições, ou seja, pôde-se verificar quais as impressões ou expectativas dos profissionais da rede sobre o funcionamento da mesma. Essas informações, transcritas ou documentadas, comportam detalhes significativos para iniciarmos uma discussão sobre o tema e, talvez, encontrar estratégias para superação das dificuldades encontradas pelos mesmos profissionais. No momento em que esses documentos foram produzidos, (especificamente as atas e aos diários de campo) os profissionais e a pesquisadora participavam efetivamente das discussões do cotidiano do trabalho e de como essa relação entre os diversos serviços geram conflitos e desgastes teórico/metodológicos entre os profissionais da rede.

O trabalho de leitura de cada diário de campo, ata e boletim significou a imersão nas minúcias dessa realidade. Essa leitura não foi uma simples leitura, como numa estória, de forma aleatória e descomprometida. Consideramos que estava impregnada de impressões e expressões oriundas da experiência de vida profissional da pesquisadora em questão. Os documentos foram lidos com a clareza de quem participou e vivenciou os mesmo problemas encontrados pelos profissionais da rede.

Partimos do pressuposto de que não existe uma neutralidade da ciência e, por isso, não me incomodo em explicitar essa evidência; pelo contrário: assumimos que esse

posicionamento ganha uma articulação claramente dialética, nos colocando do lado de fora para ler reflexos do que está por dentro.

Dessa forma, a construção das categorias representou, em última instância, o auge dessa articulação dialética. Essas categorias são a consequência de um trabalho de interpretação que revelam a essência das palavras escritas em momentos e lugares específicos e que apontam para os sentidos do que representa o trabalho em rede, a partir de seus principais atores. Perante isso, passaremos a seguir a apresentar as discussões de cada uma das categorias levantadas. Primeiramente, apresentaremos as categorias referentes às atas do CMDCA unificadas com as categorias referentes aos diários de campo, uma vez que só uma categoria se diferenciou entre os documentos analisados. Em seguida, apresentaremos uma discussão sobre os dados quantitativos levantados nos Boletins do SISNOV.

1) SÍNTESE A PARTIR DAS ATAS E DOS DIÁRIOS DE CAMPO

1.1) Desarticulação da rede:

A emergência da categoria Desarticulação da rede assume importância considerável, na medida em que aparece tanto no conteúdo dos diários de campo como nas atas, como uma das principais dificuldades encontradas pelos profissionais. Assim, o que essa categoria revela é a existência de determinados fatores que geram conflitos explícitos no que compete ao trabalho de cada serviço. Isso influencia diretamente a maneira como os profissionais e os serviços das redes lidam com os atendimentos das famílias em questão.

A elaboração dessa categoria reflete uma grave cisão entre os serviços de assistência social, educação e saúde que foram forjados ao longo de um processo histórico de construção das políticas públicas no interior do sistema capitalista e, portanto, corresponde a uma cisão que instaura a própria psicologia enquanto ciência que surge à ordem. Essa articulação, de cunho neoliberal, revelou a proeminência de um modelo medicalizado, no qual o psicólogo deveria se valer numa atuação clínica, tanto no setor da saúde quanto na assistência social e educação.

Essa análise demonstra, assim como sugere Yamamoto (2007), que o desenvolvimento das políticas públicas foi remodelado no âmbito da agenda neoliberal, através de dois processos articulados: a precarização e a privatização dos serviços. O

primeiro envolve, principalmente, a descentralização dos serviços, que transfere a responsabilidade para os níveis locais de governo; o segundo diz respeito à transformação dos serviços sociais em mercadorias e o investimento em serviços filantrópicos e voluntários, que sustentam a criação do terceiro setor.

A maior parte das famílias brasileiras, que ocupam o lugar das classes subalternas, permanece, portanto, submetida a uma lógica perversa, à mercê de serviços de qualidade questionável e expostas à sua própria sorte (Yamamoto, 2007). Nesse sentido, podemos perceber que os setores de assistência social, saúde e educação são cada vez mais distanciados, como se não fizessem parte de um mesmo continuum no que compete aos serviços públicos.

Constatamos que a dificuldade encontrada pelos profissionais com relação à articulação da rede de proteção da Assistência Social está associada a um trabalho unilateral, de forma que cada serviço atua como se fosse único. Uma das principais dificuldades encontradas pelos profissionais seria a desarticulação associada às funções da Secretária de Educação, cujo objetivo deveria ser atuar de forma preventiva e promovendo o desenvolvimento das potencialidades de crianças e adolescentes – o que não acontece.

A partir dessa perspectiva, acreditamos que o papel a ser desempenhado pela escola é de suma importância, já que esse é o equipamento público em que as crianças permanecem a maior parte do tempo e representa um lugar importante no contexto da rede de proteção.

1.2) Dificuldade na Compreensão e Orientação de Fluxo:

Ao analisarmos as atas, percebemos que esta categoria emerge em quase todas e perpassa todas as discussões dos profissionais da rede. Essa categoria revela a dificuldade dos profissionais em compreender qual o papel de cada equipamento/serviço e como proceder com os fluxos de encaminhamento. A falta de orientação nesse sentido gera consequências para as vítimas de violência doméstica. De acordo com Balbinotti (2008), a falta de conhecimento das etapas dos encaminhamentos pode só agravar a situação de violência, pois toda vez que uma criança ou um adolescente tem que contar sua história, são gerados ainda mais danos psicológicos. Assim, o que esta categoria

revela é a existência de determinados fatores que caracterizam dimensões de risco ainda maiores no que compete ao atendimento a crianças e adolescentes.

Percebemos que a Comissão de VDCCA compreende a importância de esclarecer este fluxo para a rede de proteção, à medida que propõe a organização de um material explicativo, que auxilie profissionais e serviços no que compete à orientação. Porém, há empecilhos e dificuldades orçamentárias públicas para a elaboração e divulgação do material.

Em síntese, a emergência desta categoria aponta que, no seu cotidiano, muitas crianças e adolescentes, em alguma medida, vivenciam não somente a violência doméstica, mas também a violência institucional.

1.3) Capacitação e Formação:

Essa categoria revela a percepção dos profissionais sobre os diferentes aspectos que capacitação e formação afetam o cotidiano do trabalho em rede. Para eles, há a necessidade de todos os serviços (escola, saúde, esporte, etc), conhecerem a dinâmica do fenômeno e assim, consequentemente identificarem algum tipo de violência e trabalharem a prevenção primária, ou seja, se apropriar de práticas e métodos científicos, que capacitem os profissionais da rede a atuar na identificação, intervenção e solução de problemas de relevância social para a realidade na qual trabalham. De acordo com Guzzo (1999), há uma urgência no que compete a reformulação curricular dos cursos de psicologia, pensando na realidade concreta na qual estes profissionais estão inseridos, torna-se cada vez mais difícil encontrar respostas propostas por essa formação hegemônica.

É exatamente esta questão que podemos observar na fala dos profissionais durante a leitura das atas, para eles, há um distanciamento entre modelos teóricos predominantes e a relação entre problemas sociais e a incapacidade desses modelos darem respostas a estes problemas, o que consequente levanta questionamentos sobre os objetivos, concepções, ações e resultados das intervenções e dos acompanhamentos.

Há uma teoria, mas não há a prática, havendo como reflexo a desarticulação nas estratégias de prevenção, que acabam refletindo no atendimentos de média e alta complexidade.

Devemos considerar, a partir destes problemas colocado pelos profissionais, que este modelo atual de intervenção está fadado ao fracasso, a construção ou a mudança para um novo modelo teórico-prático de articulação comunidade-município é necessária. Essa construção deverá permitir compreensão da comunidade em uma dinâmica inter-comunitária própria da vida local, municipal, regional. Portanto, compreendemos aqui, a importância que município ocupa no desenvolvimento da comunidade e no fortalecimento da identidade pessoal e social dos moradores da comunidade.

Entendemos o município como um lugar vivo, dinâmico e concreto para as pessoas, no qual nascem, residem, se encontram, muitas vezes trabalham, casam e, também, morrem. É nele que ocorre toda uma rede de interesses e de ações sociais, políticas, econômicas, afetivas e simbólicas, constituindo assim um espaço físico-social privilegiado para a construção de cidadãos e básico para o desenvolvimento de uma nação (Franco, 1995).

O município é um lugar de participação social direta, efetiva e afetiva, um lugar de mediações diretas entre o indivíduo e sua realidade, entre pessoas, entre grupos, um espaço visível de relações comunitárias e inter-comunitárias, no interior dos movimentos sociais e com as próprias instituições locais. O município é um espaço cotidiano visível e próximo como o da comunidade, porém mais abrangente e fundamental no trato das questões comunitárias e para o desenvolvimento da comunidade e de seus moradores (Góis, 1995).

Adotar um modelo teórico-prático voltado para a compreensão da atividade comunitária como atividade social significativa (consciente) própria do modo de vida (objetivo e subjetivo) da comunidade e que abarca seu sistema de relações e representações, modo de apropriação do espaço da comunidade, a identidade pessoal e social, a consciência, o sentido de comunidade e os valores e sentimentos implicados aí, pode ser a saída que os profissionais procuram diante dos questionamentos levantados.

Um outro dado que acreditamos ser importante destacar, com relação a capacitação e formação, é a recorrente fala dos profissionais referente a formação diferenciada, no que diz respeito ao trabalho com autor de violência sexual doméstica. Eles colocam que há uma resistência da sociedade em encontrar estratégias de intervenções que vão além das quais estão postas, sendo estas de caráter prisional. A

proposta de capacitações, grupos de estudos e seminários para essa demanda, é proporcionar espaços de discussões cujo objetivo não seja somente olhar para a violência doméstica a partir da perspectiva da criança ou do adolescente que tiveram seus direitos violados, mas pensar que existe uma grande lacuna por parte das políticas públicas no que compete aos serviços do município que atendem ou atenderiam esta demanda.

Tal conjuntura só nos revela ainda mais a caracterização do trabalho desarticulado da rede, na medida em que forma contornos teórico-práticos individualizantes que não corroboram para a superação do trabalho desarticulado.

Sendo assim, consequência imediata desta falta de capacitação ou de uma formação fragmentada, é a utilização de métodos de intervenção descontextualizados e pouco ou nada efetivas.

1.4) Ausência do poder público:

A emergência desta categoria a partir da visão dos profissionais, tanto nos DC quanto nas atas, nos revela o quanto eles estão insatisfeitos com a ausência do poder público no que diz respeito a falta de infraestrutura, terceirização dos serviços, falta de concurso público, alta demanda de atendimento por profissionais contratados e a precarização do trabalho. A política de assistência social é quase totalmente terceirizada, gerida por meio da parceria público-privada entre Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social (SMCAIS), as ONGs e as entidades do terceiro setor com o cofinanciamento de serviços, programas e projetos que se renovam anualmente. A gestão dos níveis de complexidades e dos conselhos de políticas e de direitos é ocupada por servidoras públicas e por coordenadores de ONGs cofinanciadas que se alternam no cargos mantendo o mesmo modo de política. Deste modo, a execução do SUAS em Campinas se dá por meio de ONGs que concorrem por recursos públicos anualmente. A execução desses trabalhos é orientada por terceirização, expressando a política neoliberal do Estado mínimo, situação antagônica a prescrição do SUAS que prevê a gestão e a execução pública da política de assistência social.

Essa terceirização na implementação do SUAS tem se constituído como ausência de uma política efetivamente pública e como a precarização das relações e condições de trabalho.

1.5) Terceirização dos Serviços Públicos:

A elaboração desta categoria revela a preocupação dos profissionais com a terceirização/privatização dos serviços do SUAS. Essa categoria traz consigo a discussão sobre uma política efetivamente pública e a precarização das relações de trabalho. Existem consequências referentes a esta terceirização, como a baixa remuneração, a rotatividade dos profissionais nas ONGs, ausência de concurso público, assédio moral, adoecimento físico e psíquico e a desqualificação profissional no ambiente de trabalho. Esta situação mostra a contínua fragilidade da política no que compete a descontinuidade ao plano de atendimento as famílias.

Uma das questões fundantes da política da assistência social é a condição de direito do cidadão, circunstância esta, fragilizada no município, uma vez que, as executoras destes serviços, são em sua maioria, terceirizadas e constituídas por entidades filantrópicas e religiosas que imprimem sua missão, contrariando a perspectiva de direitos como esta proposto no SUAS, constringendo os usuários à participação obrigatória em diferentes espaços de matizes religiosas. A laicidade de qualquer política social é uma conquista e portanto deve ser preservada.

Outro ponto que tem grande importância para esta discussão, é com relação a participação da sociedade civil no CMDCA, que na condição de espaço político da sociedade civil são ocupados por ONGs cofinanciadas que comungam com a política implementada, havendo pouca margem para questionamentos. Esse conselho de políticas e direitos são *locus* para a deliberação, controle e fiscalização, mas com a pressão governamental perdeu a função de controle social da política pública.

A participação da sociedade civil atualmente acontece por meio de representantes de ONGs cofinanciadas que comungam com esta política implementada, havendo pouca margem para questionamentos. Na composição do CMDCA a distribuição paritária entre poder público e sociedade civil, a segunda fica prejudicada na conjuntura atual da política, ou seja, para concorrer ou ser representante de segmento ou setor social é necessário ser credenciado a uma fundação específica do município, sendo esta, a Fundação Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FFEAC). Perante isso, pode-se perceber a exclusão de importantes movimentos sociais e populares nessa disputa e nesse espaço. Outra questão levantada é que não margem de

participação dos usuários nesse espaço, o que prejudica enormemente o desenvolvimento da política pública e do controle social.

2) DISCUSSÃO SOBRE OS BOLETINS SISNOV

Retomando um pouco o processo de construção do boletim de notificação com a Lei N. 11607, de 10 de julho de 2003, Campinas dispôs a notificação compulsória da violência contra crianças, adolescentes e mulheres atendidos em serviços de urgência e emergência do município e autorizou o executivo a instituir a comissão de acompanhamento de violência. A construção deste instrumento, ficou sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde que reuniu várias Coordenadorias como as de saúde e de crianças e adolescentes, para estruturar uma ficha única de notificação de violência. Essa elaboração inicial envolveu e envolve até hoje muitas discussões entorno de quais dados entram, qual público alvo e quem sofre a violência, como por exemplo, a violência sexual contra homens.

Os dados gerados por este sistema de notificação são organizados e lançados em boletins periódico abertos à rede e aos meios de comunicação como uma maneira direta de lidar e apontar dados quantitativos (não necessariamente reais) referentes a casos de violências. No processo de construção desta pesquisa, durante a leitura e levantamento de dados desses boletins, podemos perceber a importância de ter um mapeamento referente aos serviços que mais realizam notificações, os principais autores de violência, quais são as regiões que geram notificações.

Um ponto que acreditamos ser de extrema relevância para a articulação do trabalho em rede, é que durante a leitura destes documentos, pudemos verificar quais são equipamentos da rede que tem pouca ou nenhuma participação no que se refere a denúncias. A escola e a guarda municipal são dois locais cuja a expectativa de denúncias deveria ser significativa, já que na escola é o período em que crianças e adolescentes passam a maior parte do tempo e partimos do pressuposto que guarda municipal deveria receber mais denúncias.

A divulgação deste material só confirma o que os profissionais que participam da Comissão de VDCCA apontam durante as reuniões, diversos equipamentos ficam distantes dos debates e discussão quando se trata da elaboração de um planejamento coletivo, a participação mais significativa ainda é de profissionais da assistência social,

que acabam sendo os agentes principais na interlocução da rede de proteção, o que conseqüentemente gera uma sobrecarga no cotidiano dos profissionais.

Outro dado alarmante que observamos foi que, ao compreendermos importância que a construção deste sistema de notificação tem no processo de articulação da rede, buscávamos encontrar dados além dos quantitativos que apontassem mecanismos de fortalecimento de trabalho, contudo percebemos que este documento mostra-se cada vez mais com um instrumento de manipulação quando falamos de atendimento de violência, ou seja, é utilizado como uma ferramenta para apontar que existe um sistema de notificação no município. Não encontramos nem nas atas e nem nas reuniões com a comissão, espaços ou momentos de discussões em que os profissionais utilizavam estes boletins para realizar uma leitura ou um mapeamento coletivo para propor intervenções que iriam além das intervenções cotidianas.

A divulgação deste material, também se mostrou bem confusa e pouco fidedigna quando se trata dos dados gerados pelo sistema. Não traz em seu conteúdo como os profissionais devem preencher essa ficha de notificação, se existe a possibilidade de a mesma pessoa receber mais de uma notificação por equipamentos diferentes, eles não mencionam se os profissionais passam por algum tipo de capacitação para realizar essas notificações e o mais alarmante foi a discrepância dos dados quantitativos encontrados nos mesmos anos, mas apresentados em boletins diferentes. Temos a impressão, que estes dados não são dados estáticos, pelo contrário a questão da notificação de uma violência é complexa e envolve muitos aspectos no que compete à tomada de consciência e processo da denúncia em si. Em síntese, podemos colocar que a construção desses boletins tem pouca ou nenhuma efetividade no cotidiano dos profissionais no processo de articulação da rede.

V. Considerações Finais

As colocações desse momento são mais de reflexão do que propriamente de finalização. Antes de qualquer coisa, fizemos uma opção: nos colocamos ao lado dos profissionais que trabalham na rede de proteção a crianças e adolescentes e principalmente aos profissionais da assistência social que vivenciam cotidianamente um contexto marcado pela sucateização do trabalho. Decidimos, portanto, olhar a realidade a partir da visão deles, compreender seus conflitos e angústias referentes a prática profissional.

A partir da descrição pormenorizada das nuances do atendimento institucional a essa parcela da população, seja no âmbito geral ou no PAEFI, buscamos mostrar como as influências políticas e interesses econômicos determinam diretamente a metodologia do trabalho e o curso dos projetos desenvolvidos.

Por meio do registro de profissionais e da nossa participação nas reuniões do CMDCA, observamos que as decisões sobre a construção e desconstrução de projetos políticos para o enfrentamento a violência doméstica contra crianças e adolescentes, são tomadas externamente entre as direções das ONGs e a Gestão da Assistência Social, sem o conhecimento dos profissionais.

Agora, a partir dos documentos analisados e através desta pesquisa, foi possível perceber dois movimentos contraditórios na política os quais interferem diretamente na questão da desarticulação da rede em Campinas.

Observamos que a primeira questão a ser enfrentada de imediato e que emerge por um movimento dos trabalhadores, é a terceirização na implementação do SUAS, que acarreta na ausência de uma política efetivamente pública e na precarização das relações e condições de trabalho.

Outra questão urgente é a composição do CMDCA, a qual, representantes de segmentos ou setor social precisam ser credenciados a FEAC, precisam preencher o requisito legal/institucional desta fundação para serem executores dessa política. Essa burocratização do conselho impede a participação de movimentos sociais e populares no efetivo controle social.

Agora, olhando para o que fizemos, entendemos que esse esforço ainda não é bastante, mas é o suficiente para dizer que repensamos e reorganizamos posições. Repensamos o posicionamento atual da psicologia comunitária, enfatizamos que o fortalecimento do grupo, da comunidade é um espaço primordial para emancipação política, portanto um passo importante a ser dado quando falamos de libertação e superação.

Entendemos que analisar esses documentos, sem deixar de lado a visão dos profissionais da rede, seria referendar um importante instrumento de investigação. Partimos da experiência falada dos principais agentes para revelar, além de nossas, as suas concepções sobre o cotidiano no atendimento de crianças e adolescentes. Assim, as categorias elaboradas são um primeiro e importante passo no sentido de reconhecer quais são as obstruções do trabalho em rede.

Elas cumprem o papel de demonstrar o peso que determinadas circunstâncias exercem sobre o que seria de fato o trabalho articulado. Elas enfatizam a materialidade de situações que podem prejudicar o andamento do trabalho em rede. Elas revelam, pois, a desarticulação da rede.

Portanto, acreditamos ser importante ressaltar, conforme sugere Martin-Baró (1990a), que reconhecer a importância das circunstâncias concretas e objetivas sobre a vida dos sujeitos e grupos, não significa encará-las como um amálgama que engesse as possibilidades de mudança, na medida em que, elas são também, parte das relações humanas, histórica e socialmente construídas.

Entendemos que a compreensão de tal problemática por meio desta perspectiva dialética, agrega elementos importantes que devem ser considerados tanto no âmbito da psicologia e, principalmente, na interface entre esses dois campos do saber. Nesse sentido, enfatizamos o horizonte de libertação, proposto por Ignacio Martín-Baró (2006), como um horizonte emancipatório que, a nosso ver, corresponde aos princípios da psicologia comunitária.

Por isso, acreditamos que neste momento o possível para a desarticulação da rede, seria a retomada da participação dos usuários e dos profissionais na formulação da política e na efetivação do controle social, a diminuição do campo das ONGs e a conquista de condições dignas de trabalho, implementação de mecanismos de execução do Estado, laicidade dos serviços prestados e garantia de direitos e controle social.

Felizmente, a realização do nosso trabalho corrobora esse pensamento, além de enfatizar a sua plausibilidade. Todavia, ele revela também que muito ainda precisa ser feito, tanto no sentido da pesquisa, quanto no sentido da prática. O desenvolvimento de pesquisas científicas concatenadas às demandas da realidade, conforme sugere Prilleltensky (1994), gera a produção e o acúmulo de informações válidas e pertinentes. Esse é um importante passo, mas não é o único. Não podemos perder de vista a razoabilidade, fundamentada na práxis, que nos mobiliza para a articulação desse conhecimento com as instâncias de deliberação prática e política, para a promoção de debates, assembleias, conferências, participação nos conselhos para o fomento do trabalho em rede.

Esperamos, portanto, que haja continuidade, tanto teórica quanto prática e que a semente plantada com a realização deste trabalho, gere novos frutos e tacitamente, nos aproxime daqueles que percorrem caminhos semelhantes em busca dos mesmo objetivos.

VI. Anexos

UNITARIZAÇÃO – ATA 01 CMDCA		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 01	“Inicialmente a reunião seria realizada com a Coordenadoria da Escola de Família Sra. porém, em razão de reunião de urgência na Fundação Casa a coordenadora fez-se substituir-se pelo Sr. - Supervisor de Ensino.”	Participação de representantes da educação.
ATA 01	“O supervisor elucidou que estava chegando na Diretoria vindo de outro município e que recentemente havia sido designado para o cargo, necessitando ainda se inteirar tanto das rotinas administrativas da educação como das redes da qual a Diretoria faz parte e dessa maneira solicitou a compreensão para com o seu desconhecimento dos fluxos”	Necessidade de compreensão por parte da educação em conhecer os fluxos de encaminhamento.
ATA 01	“as comissões de VDCCA e ESSCA contextualizaram as ações de cada comissão abordando as características principais do Conselho da Criança e suas diversas abordagens, bem como as características de cada comissões e as ações correlatas.”	Explicação dos fluxos.
ATA 01	“Os diversos tipos de violência foram sucintamente abordados e o sistema de notificação SISNOV foi brevemente apresentado como sistema de notificação de violências no município, citando a importância da escola participar desse sistema como unidade notificadora para colaborar com os dados.”	Participação da escola no que se refere a notificação de violência.
ATA 01	“A importância de participação das escolas estaduais foi evidenciado em razão da grande existência dessas escolas nos territórios, sem que no entanto o diálogo entre essas e a rede de atendimento seja profícuo.”	Participação da escola no trabalho em rede.
ATA 01	“Levantou-se a dificuldade de diálogo com as Diretorias das escolas que por vezes dificultam o trabalho dos profissionais da rede no atendimento	Dificuldade de articular o trabalho com a escola.

	de crianças e adolescentes.”	
ATA 01	“... colocou a necessidade de aproximar os professores da realidade da rede para o conhecimento do fenômeno a fim de identificá-lo ou mesmo trabalhar a nível de prevenção primária, mas para isso haveria a necessidade de parceria para a realização de treinamento e capacitação em VDCCA e ESCCA.”	Necessidade de realizar capacitação de professores no que diz respeito a violência doméstica.
ATA 01	“Pessoas da diretoria eram muito abertos ao diálogo e que poderia discutir com estes a realização de uma plano de trabalho, que ambas as comissões se comprometeram em providenciar.”	Possível parceria com a rede de ensino.
ATA 01	“Outro ponto da reunião foi a informação da Coordenadora de ESSCA sobre o Comitê de enfrentamento ao tráfico e pessoas - articulação região/estado/federal - participação das escolas estaduais e da defensoria na composição do comitê.”	Articulação entre assistência social, defensoria pública e educação.
ATA 01	“Sr. se comprometeu em repassar as informações para a Sr. retornando sobre a possibilidade de ações conjuntas entre a Diretoria e a Comissão, se comprometendo em estudar o material que lhe será repassado. Desculpou-se pelo desconhecimento do assunto da reunião, colocando-se a disposição para o que fosse possível.”	Possível parceria com a rede de ensino.

UNITARIZAÇÃO – ATA 02 CMDCA		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 02	“Evidenciou-se como ponto positivo a formalização do Pacto Intersecretarias e como ponto negativo, além da dificuldade da colaboração governamental para a implementação do pacto, o esvaziamento nas reuniões da comissão a partir do segundo semestre, devido a dificuldade de liberação dos membros em suas organizações e os diversos compromissos simultâneos”.	Avaliação dos trabalhadores no que se refere ao processo de articulação.
ATA 02	“foi sugerido o convite à Secretaria de Segurança Pública, para participação na articulação de ações de prevenção ao fenômeno da VDCCA, tornando-se assim, ponto estratégico a articulação permanente entre este órgão e a rede de atendimento. Além disso, foi identificada como meta futura a ampliação de parceiros na rede de combate ao fenômeno, com especial atenção para os membros do poder judiciário”	Os trabalhadores sentem a necessidade de fortalecer o trabalho em rede.
ATA 02	“Destaque para o grupo de estudo sobre autor de violência. Necessidade da continuidade do estudo para respaldo no trabalho com autor de violência na rede. Sugestão de que o grupo de estudos seja multiprofissional, destacando a maturação do grupo em razão de problemas enfrentados.”	Movimento dos trabalhadores em organizar grupo de estudos.
ATA 02	“... sugeriu a circulação das atas das comissões com o fito de identificar demandas que pudessem ser de interesse conjunto para discussão”.	Articulação entre as comissões do CMDCA.
ATA 02	“...apresentou o plano para o ano de 2011 que inclusive já foi publicado o Diário Oficial de 03 de fevereiro prevendo o valor de R\$ 85.000,00 MIL REAIS para gastos em seminário e capacitações.sugeriu que nos próximos encontros Grupos de trabalhos podem ser formados para pensar as atividades que deverão ser realizadas.”	Verba para atividades que promovam o trabalho em rede.

UNITARIZAÇÃO – ATA 03 CMDCA		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETÇÃO
ATA 03	“... mencionou que o ambulatório de atendimento à vítimas de violência sexual está sendo desativado e o atendimento passará a ser realizado no CAPs e por isso talvez os fluxos de encaminhamento por região venham a ser alterados”.	Dificuldade que a rede encontra em compreender/orientar fluxos de encaminhamento.
ATA 03	“...a Cartilha em sua elaboração priorizou fluxos gerais, deixando de mencionar detalhes sobre as regiões”.	Elaboração de um documento que explique fluxos de encaminhamentos.
ATA 03	“..... destacou que seria necessário realizar a inclusão de tais detalhes e complementou que a Comissão na Gestão passada já pensou na elaboração de um manual com todas as informações pertinentes, mas que na época não foi possível. Ante as colocações, a Coordenadora explicou que a inserção dessa informações implicaria em uma alteração orçamentária que talvez não viesse a ser viabilizada nesse ano em razão de estamos no segundo semestre”.	Impasses para elaboração mais detalhada para cartilha explicativa.

UNITARIZAÇÃO – ATA 04 CMDCA		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 04	“... que trouxe informações sobre o Ofício enviado pelo Projeto Iluminar autorizando a alteração de fluxo para encaminhamento de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. Segundo explicou essa alteração é necessária para	Alteração do documento explicativo de fluxo e encaminhamento.

	que não haja a revitimização das crianças e adolescentes no atendimento.”	
ATA 04	“Definiu-se na reunião com a responsável pelo Projeto Iluminar que nos novos fluxos devem constar apenas serviços que estão capacitados e com estrutura organizacional para realizar as ações de cuidado e acompanhamento de vítimas e suas famílias.”	Serviços que estarão disponibilizados na cartilha.
ATA 04	“Informa que a reunião teve o caráter de reunir um Grupo de Trabalho que elaborará um calendário sobre as capacitações com o intuito de otimizar os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente na realização de capacitações na temática da violência contra criança e adolescente e evitar que capacitações simultâneas sobre a mesma temática sejam realizadas pelas comissões e entidades, e para essa discussão deverá haver a representação da Comissão de VDCCA.”	Capacitação da rede, organizada pela rede.
ATA 04	“Foi lido na reunião e-mail enviado pelo representante sugerindo a formação de um Grupo de Discussão sobre autor de violência e sua disponibilidade de horários.”	Proposta de elaboração de um grupo de discussão sobre autor de violência.
ATA 04	“ sugeriu conversa com da Saúde para solicitar a participação de representantes de cada distrito ou representante da saúde mental no Grupo de discussão. A representante do CMDCA ficou incumbida de falar com e solicitar representação.	Organização do grupo de discussão com outras secretárias.

UNITARIZAÇÃO – ATA 05 CMDCA

SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 05	“... inicia a reunião fazendo um resgate da questão da formação de educadores, colocando como primeira tarefa a matriz metodológica. Lembra que na última reunião com a participação de uma	Construção de uma metodologia para formação de educadores,

	representante da Secretaria de Educação ficou definido como tarefa da Comissão formatar uma proposta metodológica para o encontro formativo sobre violência doméstica voltado aos educadores.”	no que diz respeito a VDCCA.
ATA 05	“.... coloca o fato de haver distinção da abordagem no ensino fundamental, na educação infantil e na educação de jovens e adultos, questiona quais os anseios dos educadores para que as formações sejam realizadas, sugere a intervenção dos distritos para avaliar sugerindo que os educadores sejam consultados acerca do tema que gostariam de ver trabalhado.”	Construção de uma metodologia para formação de educadores, no que diz respeito a VDCCA.
ATA 05	“..... responde que no final do ano passado apresentou na reunião da Comissão, modelo de questionário que tinha a exata intenção de verificar junto aos educadores temas de interesse que pudessem ser objeto de discussão e formação. ... disse que os dados dessa pesquisa estão com a Secretaria de Educação e que poderia solicitar à representante da Secretaria as informações obtidas.”	Construção de um método através da perspectiva dos educadores.
ATA 05	“ esclarece que pelo contato que teve com a representante da secretaria de educação, entende que não seja uma proposta de formação e sim de encontros formativos com o objetivo de abordar assuntos de interesses para conhecimento dos educadores.”	Explicação sobre o tipo de formação aos educadores.
ATA 05	“a partir do momento que alguém identifica o fenômeno, precisa saber o que fazer com o conteúdo e que precisamos montar algo mais abrangente, para que os educadores possam não apenas identificar mas acionar a rede corretamente.”	Explicação sobre o tipo de formação aos educadores
ATA 05	“diz concordar com sobre a integração entre as políticas de educação, saúde, assistência sabendo cada um o seu papel, porque não resolve a ligação a alguém, ou acionar uma unidade de saúde”	Formação e capacitação entre os serviços da rede.

ATA 05	“o trabalho consiste na capacitação mais abrangente, porque poderá gerar demandas para atendimento que depois não serão atendidas, correndo o risco de que as denúncias fiquem sem resolução. fala que a questão do plano intersetorial deverá ser uma diretriz governamental.”	Formação da rede no que corresponde ao fluxo de encaminhamento.
--------	--	---

UNITARIZAÇÃO – ATA 06 CMDCA

SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 06	“não haverá possibilidade da realização, neste momento, de uma formação abrangente e de uma carga horário extensa, tanto pela dificuldades estruturais dos serviços e modificação dos fluxos, quanto pela falta de RH, além da indefinição quanto ao responsável por ministrar a formação.”	Dificuldade em realizar formação para os profissionais da rede.
ATA 06	“... traz a preocupação com relação as escolas, com o desconhecimento por parte do educadores dos fenômenos, devendo ser capacitados os educadores para o conhecimento, identificação e notificação, mesmo enfrentando as dificuldades, as desestruturações da escola.”	Necessidade de compreensão por parte da educação em conhecer os fluxos de encaminhamento e identificação das violências.
ATA 06	“a educação não participa de nenhuma das comissões do CMDCA, não tem nenhuma integração com a rede e não se insere em nenhuma ação preventiva ou protetiva com relação a violência doméstica.”	Dificuldade num diálogo com a educação/escolas em ações de prevenção.
ATA 06	“a capacitação é urgente nas escolas, que a demanda irá parecer, será gritante e precisa aparecer. Lembra que foi realizar uma capacitação com a cartilha na escola e falou sobre as violências, conversaram sobre as ações do conselho. Após dois meses, surgiram cinco casos de violência física, sexual e que a capacitação é necessária, abordando	Necessidade de realizar capacitação de professores no que diz respeito a violência doméstica.

	o estatuto e a obrigação profissional de notificar os casos.”	
ATA 06	“Ante este fato, a comissão delibera por acatar a proposta do encontro formativo, ficando a cargo da comissão apontar os indicativos para a abordagem no encontro mediante a leitura do ECA e do Pacto Intersectorial, apontando também a necessidade de um plano de formação continuado integrado entre as políticas. Todos deverão olhar para o ECA e fazer propostas por e-mail”	Decisão da comissão em realizar capacitação para professores de acordo com o ECA.

UNITARIZAÇÃO – ATA 07 CMDCA		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 07	“precisa-se pensar sobre o que seja urgente, lembrando que existem muitas situações que chegam ao CREAS por falhas na rede.”	Complexidade dos encaminhamentos.
ATA 07	“nas situações de Violências sexuais acaba-se pedindo o acolhimento, quando essa deveria ser a última medida adotada.”	Compreensão de como trabalhar com determinado fenômeno e como encaminhar.
ATA 07	“quando pensamos nesse foco na solução ou em estratégias emergentes é consenso de que há um buraco na rede de atendimento.”	Obstrução da rede de proteção.
ATA 07	“Pondera em que momento sairemos desse desespero e faremos ações de cobrança e responsabilização do Poder Público.”	Responsabilização do poder público.
ATA 07	“uma ação pontual não dá resultados e é necessário uma ação abrangente, com duas frentes, uma das emergenciais e outra da básica.”	Necessidade de trabalho articulado.
ATA 07	“... concorda com as frentes, mas também refere que é importante cobrar a responsabilidade do poder público que não está dando conta, porque o ônus está sendo do serviço e das pessoas que	Responsabilização do poder público.

	atendem e também da família.”	
ATA 07	“Ao final lembra do documento do conselho para as secretarias e informa que apenas a educação não respondeu e não se pode dizer que o conselho não faz os devidos apontamentos sobre as necessidades de políticas públicas como é de sua competência e que enviará novo documento cobrando respostas.”	Dificuldade na articulação com a educação e cobranças ao poder público.
ATA 07	“.... diz a importância de anexar cópias das solicitações do conselho tutelar ao poder público no documento uno que deverá ser enviado pela Comissão ao conselho da criança, sugerindo inclusive, mediante a omissão governamental, o encaminhamento de representação ao Ministério Público para proposição de Ação Civil Pública de responsabilidade.”	Responsabilização do poder público.

UNITARIZAÇÃO – ATA 08 CMDCA

SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 08	“Projeto da APAE, todas as entidades de Campinas ficaram sabendo sobre o Projeto da APAE? (considerando que algumas entidades presentes nessa reunião não tinham qualquer conhecimento do Projeto).”	Iniciativa de projeto por parte de ONG.
ATA 08	“Quais os critérios utilizados? Como será a divulgação da Capacitação do Projeto da APAE para a rede socioassistencial? CAPS tem informação desse Projeto? Qual proposta de atendimento? Como se dará o mapeamento? Saúde e Educação foram convidados a participar do Projeto?”	Indagação da comissão com os objetivos do projeto.
ATA 08	“Roda de Conversa nas Escolas. Na discussão foi sugerido que: A comissão considera a proposta interessante, mas não tem disponibilidade/tempo para executar a formação e ou capacitação nas	Dificuldade em estreitar um diálogo com a educação/escolas.

	escolas.”	
ATA 08	“Também foi sugerido que as Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social discutam sobre a proposta de Roda de Conversa nas escolas e quais estratégias e planejamento para o ano de 2012. Foi sugerido que o colegiado envie documento solicitando capacitação continuada para todos os segmentos no próximo ano, ou seja, que o CMDCA aponte para as Secretárias propostas/planos para o ano de 2012, formação continuada, desde o conteúdo até quem irá executar.”	Tentativa da comissão em delegar a articulação entre as secretarias.

UNITARIZAÇÃO – ATA 09 CMDCA

SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 09	“a confusão de papéis e atribuições; falta de atendimento humanizado na DDM; dificuldade do CT entender algumas solicitações da rede, como o artigo 136 do ECA; falta de entendimento de papéis como: função da família e função da rede.”	Dificuldade em compreender fluxos e dificuldade com os atendimentos.
ATA 09	“a rede tem “limite”- não dá para “pegar” a família à “laço”. (pensamento mágico da dupla psicossocial); dificuldade de comunicação entre os sistemas de garantia”	Dificuldade no trabalhador de VDCCA com os atendimentos e dificuldade com o trabalho em rede.
ATA 09	“diferentes formas de atendimento dentro do mesmo serviço, como dentro das vara da infância e juventude, conselho tutelar e DDM; falta afinar o fluxo entre a rede/sistema de garantia de direitos; entender o papel do outro; sistema de garantia de direito atuar como sistema de garantia de direito (de fato).”	Sistema de garantia de direitos.
ATA 09	“falta de recurso humanos; falta de uma delegacia especializada; falta de uma segunda VIJ - Vara da Infância e Juventude; pouca participação do sistema nas reuniões intersetoriais.”	Dificuldade de infraestrutura.

ATA 09	“Diante da discussão acima foi sugerido que é o papel da comissão em apontar os furos na política de atendimento, não ficarmos só nas queixas, e sim fazer encaminhamentos e propostas para mudar a realidade acima discutida. E, que o CMDCA faça representação solicitando Concurso Público.”	Papel político da comissão de VDCCA.
--------	---	--------------------------------------

Registro das atas de 2012

UNITARIZAÇÃO – ATA 10 CMDCA		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 10	“... informa que faz parte de um novo Departamento da FEAC com atribuição de assessorar as entidades como um marco regulatório presente na Tipificação. Relata que a FEAC foi procurada pela APAE para que pudesse viabilizar o apoio na organização do Seminário da APAE/SP.”	Participação de uma fundação que assessora diversas ONGs do município.
ATA 10	“..... diz que acha ser importante que esse seminário ocorra, propõe que haja união e trabalho no sentido de que ocorra na cidade um enfrentamento a essa questão, porque os dados do CT e no dia a dia é perceptível que a situação das crianças de crianças com deficiência precisar ser enfrentada.”	Posicionamento da fundação referente ao seminários proposto pela APAE.
ATA 10	“Diz ainda que o conselho leste/norte não foi consultado quanto ao mapeamento da situação pela APAE, quando seria um dos órgãos principais para oferecer dados, no entanto, manifesta o seu apoio na realização.”	Mapeamento de crianças com deficiência.
ATA 10	“... afirma que deva haver uma participação mais efetiva, uma capacitação é necessária, no entanto, a APAE deveria estar em conjunto discutindo tal questão.”	Ausência da APAE na divulgação do seminário aos equipamentos da rede.
ATA 10	“O objetivo é saber se a rede sabe identificar se uma criança e adolescente possuem deficiência intelectual? E se reconhecer, sabe identificar se está	Objetivo do seminário.

	sofrendo violência?”	
ATA 10	“..... lembra da questão do diagnóstico, que muitas crianças não estão com o diagnóstico fechado, e é difícil conseguir um laudo da saúde diz que as crianças com deficiência estão mais suscetíveis à VDCCA, e como a nossa sociedade é permeada por relações de poder, fica claro que a sociedade ainda é adultocêntrica, caucasiana, tem uma série de parâmetros, e impõe padrões a partir dessa lógica de intelectualidade.”	A comissão compreende a dificuldade em constatar VDCCA em crianças com deficiência.
ATA 10	“.... sugere que o SADA possa ser convidado a integrar nossa conversa.”	Participação da saúde.
ATA 10	“.... diz que a maior dificuldade é o financiamento de projeto. Esse projeto não pode estar solto, deveria surgir do Conselho, porém, começou pela entidade.”	Dificuldade com financiamento e distanciamento do CMDCA.
ATA 10	No entanto, a entidade não retornou e precisa ter o entendimento de que todo o processo de construção seja realizado na Comissão sob pena da negativa de apoio da FEAC.”	Posicionamento da FEAC frente ao distanciamento da APAE.

UNITARIZAÇÃO – ATA 11 CMDCA

SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 11	“.... realizou leitura do documento elaborado pelo CMDCA no qual cobra respostas com relação às ações realizadas ou em andamento por parte das secretarias signatária do pacto, formalizado na Resolução 23/2010.”	Pacto intersecretárias.
ATA 011	“No documento há a previsão de que haja retorno das informações até o dia 30 de março para que haja a inclusão da análise na próxima pauta da reunião ordinária do colegiado, no qual, espera-se novas sugestões sobre as atitudes serem tomadas	Demandas do CMDCA.

	pelo conselho.”	
ATA 11	“... do CT fala da avaliação do CREAS para a realização do espetáculo, para antes de deliberar sobre a realização.”	Atividade proposta pelo CREAS.
ATA 11	“... diz que é imprescindível a avaliação e a participação na comissão das entidades que queiram realizar projetos desse tipo. fala da preferência de priorizar grupos do município. diz que a definição do público-alvo é necessária para determinar o número de sessões.”	Caracterização do evento realizado pelo CREAS.
ATA 11	“Onde será encaminhada a demanda surgida? Questiona como foi realizada a parceria com o CREAS?, como a criança fica ao assistir um espetáculo dessa temática?”	Fluxos e encaminhamentos que surgiram a partir do evento.
ATA 11	“... sugere que seja elaborado um projeto pedagógico alinhado com a política municipal, solicitando informações do impacto do espetáculo nessa temática e vídeos que esclareçam o teor do espetáculo e a forma como será realizada a peça se em articulação com o outras entidades ou por quais meios.”	Avaliação do impacto que evento teve referente a temática de violência dom

UNITARIZAÇÃO – ATA 12 CMDCA

SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 12	“..... e chamam a atenção para a necessidade de discussão sobre o piloto do projeto de escuta protetiva.”	Inserção do projeto proposto pelo TJ.
ATA 12	“A comissão sugere que seja realizada essa conversa dentro do conselho, para evitar que projetos prontos sejam incorporadas a rotina sem que tenha havido discussões e entendimento da realidade do município e da rede, o mesmo caso da APAE.”	Possível resolução para projetos que não fazem parte da rotina de trabalho.

ATA 12	“... sugere colocar na pauta das próximas reuniões, menciona que este piloto está mudando o fluxo da violência sexual e está revogando o conteúdo da resolução.”	Dificuldade na dinâmica dos fluxos de encaminhamento.
ATA 12	“Antes de atuar na prevenção e custear projetos desse tipo, a comissão sugere a provocação de um movimento de discussão e afinamento entre o eixo de defesa e responsabilização com o eixo da promoção, e que seja subsidiado pelo CMDCA.”	Participação do CMDCA na implementação de novos projetos.
ATA 12	“Rever os papéis de cada ator e a responsabilidade de cada um é imprescindível para possibilitar que a rede caminhe, e não se torne desgastante o processo.”	Avaliação dos papéis de cada serviço da rede.
ATA 12	“A comissão entende que deve haver um discussão em que haja um mediador que possa facilitar a conversa entre judiciário e rede, sanando assim os curto-circuitos existentes.”	Proposta de mediação entre rede de atendimento e judiciário.

UNITARIZAÇÃO – ATA 13 CMDCA		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 13	“Lidas as fichas do SISNOV ao grupo, as alterações sugeridas na nova ficha, tais alterações foram referendadas pela comissão, não havendo no momento sugestões complementares a serem incorporadas ao texto. A comissão encaminhará o parecer ao Comitê com o referendo do Grupo.”	Alterações nas fichas do SISNOV.
ATA 13	“..... faz a leitura dos relatórios enviados ao CMDCA pelas Secretarias de Educação, Saúde, Assistência e Cultura. A comissão considera os relatórios insuficientes para se afirmar o cumprimento do Pacto, na forma estabelecida na Resolução 23/2010”	Pouca articulação entre as secretárias e a comissão de VDCCA.
ATA 13	“Segundo a discussão das metodologias é necessárias, questionando o critério para se avaliar	Discussão da metodologia que foi enviado para as

	o cumprimento das ações. Lembra que o número de atendimentos não é citado no documento.”	secretarias.
ATA 13	“Educação: a importância de assumir responsabilidade pelas ações de capacitação dos professores.”	Ausência da educação nas ações de capacitações no que se refere à proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes.
ATA 13	“a família acostuma com a demanda, lembra que a demanda torna-se insuportável. retomada dizendo que a questão começou com a falta de serviços no Estado.”	Demanda de atendimento por dupla psicossocial.
ATA 13	“..... fala dos núcleos que são insuficientes, a educação também não menciona a infra-estrutura, a construção de novas escolas.”	Infraestrutura precária.
ATA 13	“: fala que a educação conhece pouco da assistência.”.... menciona que há convite para a intersetorial nas regiões, e os representantes da educação não comparecem, apenas quando há discussão de caso que precisem que sejam resolvidos dentro da escola, não havendo a articulação dificulta-se que essa capacitação seja realizada.”	Pouca participação das escolas na articulação dos casos atendidos.
ATA 13	“Assistência: A Proteção Básica está fragilizada, com poucos CRAS por região e poucos profissionais sobrecarregados. pontua que o CRAS está em regiões de alta vulnerabilidade e o critério é que haja CRAS, assumindo a demanda de outras políticas.”	Dificuldades em trabalhar com serviços da mesma secretaria.
ATA 13	“Há uma teoria, mas não há a prática, havendo como reflexo a desarticulação nas estratégias de prevenção, que acabam refletindo no atendimento de média e alta complexidade.”	Dificuldade em relacionar a teoria com a prática.

UNITARIZAÇÃO – ATA 14 CMDCA		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 14	“... menciona que deve haver a superação do paradigma do serviço terceirizado como ideal, o poder público necessita retomar suas atribuições como prestador de serviços públicos essenciais.”	Problematização do serviço terceirizado e ausência do poder público.
ATA 14	“... fala que a média e a alta complexidade precisam trabalhar muito mais com o autor. É preciso se fazer todo um trabalho com o autor.”	Metodologia de trabalho com as famílias atendidas.
ATA 14	“Os problemas internos e políticos impediram que essas oficinas fossem feitas nesse ano. ... fala que como as outras políticas a cultura não tem profissionais para atender na ponta, não havendo como fazer um trabalho de prevenção. O trabalho da cultura poderia desafogar e ajudar as outras políticas se bem realizado fosse.”	Falta de articulação política nos serviços que competem a proteção básica, causando um impacto nos outros serviços.
ATA 14	“Há interesse dos gestores da Secretaria de Cultura em viabilizar o concurso público, mas isso depende também de uma vontade pública.”	Possibilidade de concurso público.
ATA 14	“... pontua ainda que casos de violência doméstica não chegam para a Secretaria. informa que um convênio está sendo conversado com PUCC para conseguir levar a frente as visitas monitoradas.”	Distanciamento do fenômeno com as secretárias e terceirização de mais um serviço.
ATA 14	“... fala que falta vontade política. sugere que haja a discussão entre o MP em conjunto com os conselhos, para que os promotores possam se apropriar do cotidiano.”	Diálogo entre MP e conselhos.
ATA 14	“... fala do bairro Bassoli onde a previsão é de 10.000,00 novos moradores, não tendo ampliação de saúde, não havendo creche ou escola, já estão chegando 3.000 moradores neste momento, que já estavam em área de risco e serão colocadas em uma situação onde não há planejamento e nem equipamentos.”	Falta de planejamento político no deslocamento de famílias para um novo bairro.

ATA 14	“... fala que participou de uma reunião do minha casa minha vida, e que nessas reuniões pôde verificar que não havia nenhum equipamento e nem mesmo linha de transporte.”	Falta de planejamento político no deslocamento de famílias para um novo bairro.
ATA 14	“... fala do pedido para a defensoria articular a resolução da questão de vaga.”	Articulação com a defensoria pública.

UNITARIZAÇÃO – ATA 15 CMDCA		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 15	“... informa que haverá a realização do seminário de Convivência Familiar e Comunitária e que esse pode ser o momento para discutir essa questão e Edson Seda foi cogitado para a participação.”	Formação e capacitação profissional.
ATA 15	“Seminário APAE: informa que os preparativos para o seminário já estão bem encaminhados, dizendo que os nomes para palestras são: Maria de Fátima Franco dos Santos (Rede), Ana Elisa Scotoni (Deficiência) e Raquel Guzzo (Efrentamento). Informa também que foi possível obter a permissão para a realização do evento na Puc Campus II.”	Formação e capacitação profissional.
ATA 15	“... ainda informa que o seminário será focado nos técnicos e não para o público leigo.”	Público alvo para formação.

UNITARIZAÇÃO – ATA 16 CMDCA		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 16	“Dado início à reunião pediu a palavra ... para que fizesse sua apresentação, dizendo em seguida ser psicóloga do Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria pelo qual é responsável em razão de sua participação como representante da Defensoria Pública na Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária interessou-se em participação desta Comissão para conhecer o funcionamento da rede de atendimento e o fluxo de encaminhamento para atendimento nas situações de violência contra a criança e ao adolescente, recebendo o convite da Coordenadora da Comissão para participação na presente reunião.”	Participação da Defensoria e compreensão da mesmo no que diz respeito ao fluxo de encaminhamento.
ATA 16	“..... falou da importância de contar com representantes da Defensoria Pública nas discussões e decisões da Comissão em razão da atribuição que o órgão exerce e da necessidade também dos profissionais da rede conhecerem o trabalho realizado pelo profissionais desse órgão, bem como estreitar as relações.”	Articulação entre a comissão e o trabalho da defensoria.
ATA 16	“Foi informado pela Coordenação da Comissão que a solicitação de custeio da Cartilha foi aprovado pelo CMDCA em 06.07.10, sendo que o valor está disponível para utilização, necessitando apenas que uma entidade se disponha a recebê-lo para que a compra do serviço de impressão seja feita.”	Contratação de serviço de impressão da Cartilha de Orientação a VDCCA.
ATA 16	“... da entidade Direito de Ser informou que realizou conversa com a Direção da entidade que se dispôs a receber o recurso e efetuar o repasse, colocando que as tratativas deveriam ser feitas com a Sra.”	Recursos públicos repassados a entidades cofinanciadas para realização de eventos.

UNITARIZAÇÃO – ATA 17 CMDCA		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 17	“Construir ações com pessoas/grupos que potencializem a diversidade de membros na comissão (observe-se que, há tempos, a comissão tem se caracterizado pela participação de profissionais vinculados à política de Assistência Social).”	Desenvolver ações entre outras políticas que não sejam as de Assistência Social.
ATA 17	“Encaminhar as pautas e agendas às diferentes secretarias fomentando a participação de representantes das mesmas em nossas reuniões. (Agenda da própria Comissão VDCCA; encontros para debate do Pacto Intersecretarias e Fluxograma; Grupo de Estudos/Trabalho sobre Autores de Violência Sexual Doméstica e; 18 de Maio).”	Desenvolver ações entre outras políticas que não sejam as de Assistência Social.
ATA 17	“A realização do I Seminário Internacional sobre Violência Doméstica: Um Olhar sobre o Autor de Violência Sexual (em 09 de novembro)”	Formação e capacitação profissional.
ATA 17	“A manutenção do Grupo de Estudos/Trabalho sobre Autores de Violência Sexual Doméstica.”	Formação e capacitação profissional.

UNITARIZAÇÃO – ATA 18 CMDCA		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
ATA 18	“Há tempos a Comissão VDCCA vem apontando a necessidade de revisão do Fluxograma Municipal para os casos de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes.”	Revisão de fluxo em Campinas.
ATA 18	“observa-se que, embora haja um fluxo divulgado entre os equipamentos que prestam atendimento nestes casos (sejam emergenciais ou de acompanhamento) os mesmos pouco dialogam	Dificuldade de articulação entre os serviços.

	entre si, o que, por implicação, compromete a consolidação de ações integradas.”	
ATA 18	“há uma dificuldade notória em relação às denúncias de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Neste item, talvez a questão que exige maior agilidade na resposta seja: a quem cabe proceder à verificação da violência?”	Dificuldade de notificação da violência.
ATA 18	“o grupo aponta a necessidade de encontros em que o tema possa ser debatido entre os serviços/equipamentos envolvidos nestes atendimentos de modo que seja possível atualizar eventuais mudanças e, principalmente, consolidar soluções conjuntas acerca desta demanda.”	Encontro entre os serviços de atendimento para elaborar ações conjuntas.
ATA 18	“Grupos de trabalho que, ao término do encontro, deverão apresentar sugestões de trabalho integrado (apresentação do Fluxograma; da própria rede e relações intersetoriais).”	Proposta de grupo de trabalho entre a rede.
ATA 18	“Levantamento de demandas com vistas à assinatura do Pacto Intersecretarias.”	Mapeamento.

Diários de Campo

UNITARIZAÇÃO – DC 01 GRUPO DE TRABALHO		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
DC 01	A primeira problemática trazida pelos participantes foram os obstáculos, obstruções e desarticulação da rede socioassistencial.	Dificuldade com a articulação da rede.
DC 01	Tal problema tem como consequência a fragmentação das compreensões que se tem acerca das famílias atendidas e das ações direcionadas a elas, uma vez que o processo de referência e contra referência pouco acontece nos serviços.	Fragmentação no plano de atendimento, gerando mais demandas.
DC 01	Ainda em relação a desarticulação da rede foi destacado por uma participante: <i>“As políticas não se unem para o enfrentamento dos problemas mas para o afrontamento entre si”</i> .	Dificuldade com a articulação da rede.
DC 01	os participantes ressaltam que muitas vezes as reuniões de rede servem mais para transferir responsabilidade e denunciar os problemas dos outros serviços do que pensar e construir ações conjuntas.	Os espaços que serviriam para discussão dos casos tornam-se espaços de resolução de conflitos.
DC 01	Em relação à suas práticas nos serviços, uma queixa trazida pelos participantes diz respeito ao caráter imediato das ações. <i>“Quem está na prática tem que responder com ações imediatas, muitas vezes sem a devida reflexão”</i> .	Dificuldade com as ações práticas.
DC 01	foi destacado pelo coordenador do grupo a importância de se romper com a rotina mecânica e repetitiva que gera uma prática alienada, sem a devida reflexão, retomado o significado e sentido da práxis.	Proposta de ações conscientes, envolvendo teoria e prática.
DC 01	Neste momento da discussão um participante ressaltou: <i>“Se as pessoas se organizarem elas conseguem uma mudança”</i> .	Questionamentos sobre mudanças possíveis.

DC 01	Ainda em relação aos problemas da prática nos serviços foi relatado que: <i>“A compreensões dos casos são erradas, as intervenções são erradas e a responsabilização dos agressores é errada”</i> .	Problemas com a metodologia da prática.
DC 01	Outro questionamento em relação à prática que foi trazido refere-se ao papel dos profissionais, que muitas vezes não têm bem definidos e delimitados qual é sua função no serviço.	Qual é a responsabilidade de cada profissional perante as ações desenvolvidas.
DC 01	Ainda foi discutido acerca da lei enquanto parâmetro universal a ser seguido. Nesse momento a discussão ficou intensa, uma vez que, alguns concordavam que a lei era o parâmetro único e universal para a realização das ações.	Parâmetros legais para atendimento.
DC 01	No entanto, do decorrer da discussão foi levantado que nem sempre a lei responde às demandas que chegam ao serviço, e segui-la cegamente, sem a necessária problematização e contextualização com o caso em questão, pode mais prejudicar do que auxiliar as famílias atendidas. Instala-se aí um dilema entre: ação legal X ação ética.	Construção de uma atuação para além do que está proposto na legislação.
DC 01	a alternativa proposta foi uma problematização ao invés de uma ação reativa a partir do que está imposto. Pois ao problematizar e questionar sua prática e as possibilidades de intervenção o profissional pode tomar uma decisão mais consciente comprometida eticamente com a pessoa atendida.	Construção de uma atuação para além do que está proposto na legislação.
DC 01	Diante de todas essas discussões acerca dos problemas da rede socioassistencial e da prática dos profissionais dos serviços fica o questionamento. O problema está na política e nas leis na forma como estão formuladas ou na aplicabilidade da mesma no cotidiano dos serviços e nas práticas dos profissionais que estão em campo?	Problematização das dificuldades encontradas pelos profissionais.

UNITARIZAÇÃO – DC 02 GRUPO DE TRABALHO		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
DC 02	Os participantes iniciaram a discussão falando sobre a desarticulação da rede socioassistencial para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente garantidos no ECA	Desarticulação da rede.
DC 02	ausência da participação de diversos membros do Sistema de Garantia de direitos da criança e do adolescente nos conselhos e espaços de discussão.	Ausência de outros serviços/secretarias nos espaços de discussão.
DC 02	Um dos participantes ressalta que: <i>“Fazemos uma discussão da rede sem a presença de todos os atores da rede, o CMDCA deveria agregar todos esses atores, mas nem sempre agrega e acaba sendo um anexo da assistência social”</i> .	Ausência de outros serviços/secretarias nos espaços de discussão.
DC 02	<i>“Só a assistência não vai dar conta de uma realidade social, mas é preciso um documento para garantir a intersetorialidade, um pacto entre as intersetoriais”</i> .	Sugestão para efetivação do trabalho intersetorial.
DC 02	Outro aspecto levantado pelos participantes foi em relação à falta que os mesmos sentem em relação à supervisão e para as equipes pararem para refletir acerca de sua atuação.	Falta de supervisão dos profissionais.
DC 02	Uma participante destacou o desgaste dos funcionários e falta de abertura para discussão e construção conjunta de estratégias e ações para o enfrentamento dos problemas que chegam aos serviços: <i>“As equipes estão desistentes e resistentes, e se encontram nas reuniões de rede não mais para o enfrentamento dos problemas, mas para o afrontamento entre si, há uma falta de abertura para discussão, chegam com os discursos prontos e saem dessas reuniões da mesma maneira que entraram”</i> .	Dificuldade que os profissionais e serviços tem em definir os limites e possibilidades de suas ações.

DC 02	Os participantes demonstraram uma falta crítica ao ECA quando eram apontados alguns pontos contraditórios em relação ao estatuto.	Legislação ainda como parâmetro.
DC 02	as políticas e as leis tem aspectos contraditórios que por isso a importância do conhecimento da realidade em que vivemos e atuamos como profissionais para olhar criticamente para o que estão prescrito nas leis.	Importância de conhecer a realidade.

UNITARIZAÇÃO – DC 03 GRUPO DE TRABALHO		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
DC 03	iniciaram o encontro discutindo acerca de alguns acontecimentos políticos relacionados à política de assistência social que está acontecendo em Campinas como o processo de eleitoral do Conselho Tutelar que estava atrasada e aos problemas de orçamento financeiro que a Assistência Social vêm tendo.	Impasses políticos e orçamentários.
DC 03	Orçamento da Assistência que deveria ser de 5% atualmente é de 3%, e no próximo ano será ainda menor.	Redução da verba para a Assistência Social.
DC 03	Tal desfalque tem trazido diversos problemas na manutenção dos serviços e realização dos trabalhos, e segundo os participantes, o poder público está colocando na mão dos profissionais o desafio de lidar com esse desfalque.	Consequências referentes a redução da verba.
DC 03	frente à precariedade do cenário, o nosso papel é de marcar posição através de documento referenciado, de base científica e crítica, na forma de uma nota a ser distribuída na rede. No conteúdo deve ser destacado a ameaça que está por trás do movimento de enfraquecimento dos movimentos populares.	Função e posicionamento do grupo frente as problemáticas encontradas.
DC 03	Em relação ao autor de violência sexual, atualmente o único serviço de encaminhamento a esse sujeito é	Os participantes levantam

	o sistema prisional, não há nenhuma política de tratamento e recuperação.	a necessidade de um olhar diferenciado o autor de violência doméstica contra crianças e adolescentes.
--	---	---

UNITARIZAÇÃO – DC 04 GRUPO DE TRABALHO		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
DC 04	A ideia de realização de um seminário para discussão sobre o autor de violência doméstica deu-se devido a não existência de atendimento para o autor de violência em Campinas	Alternativas para compreensão no atendimento a autor de violência.
DC 04	os participantes deste grupo, que atuam diretamente com crianças e adolescentes vítimas de violência, perceberam que olhar para a violência doméstica apenas sob a perspectiva da vítima resulta em percepções e ações incompletas.	Percepção dos trabalhadores em ações fragmentadas.
DC 04	Os participantes levantaram que o objetivo do seminário é dar visibilidade ao tema, pautar publicamente essa discussão para os demais atores da rede socioassistencial, e agregar mais pessoas interessadas ampliando o debate para além deste grupo de estudos.	Problematização referente ao atendimento ao autor de violência.
DC 04	O grupo também levantou a possibilidade de realização de grupos de trabalhos com os participantes do evento para aprofundamento nas discussões sobre o tema.	

UNITARIZAÇÃO – DC 05 GRUPO DE TRABALHO		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
DC 05	Foram impressas cópias da proposta do projeto do seminário para ser lida e discutida juntamente com os participantes.	Organização do Seminário.
DC 05	foi levantada a importância de resgatar o início do grupo de trabalho antes da parceria com a PUCC, e os participantes mencionam que a participante, que não estava presente no dia, tem este histórico escrito.	Histórico da organização do grupo de estudos sobre autor de VDCCA.
DC 05	Na justificativa e objetivos foi solicitado pelos participantes que o termo autor de violência doméstica fosse substituída por autor de violência sexual doméstica. A justificativa dos participantes para tal alteração é que o atendimento ao autor de violência doméstica em geral (negligência, violência física, abandono, etc.) já é realizado por eles e não é visto como um dificultador.	Justificativa para o tema do seminário.
DC 05	refere-se ao autor de violência sexual doméstica é que encontram dificuldades e falta de serviços e abordagens para o atendimento.	Falta de serviços para atendimento com autor de violência sexual.

UNITARIZAÇÃO – DC 06 GRUPO DE TRABALHO		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
DC 06	Este encontro foi direcionado para a sistematizar como serão os grupos de trabalho no seminário.	Organização do Seminário.
DC 06	Ficou acordado que todos os participantes do congresso serão distribuídos em quatro grupos de trabalho coordenado por uma dupla da comissão organizadora. Essa dupla que coordenará os grupos contará com um membro do CMDCA e outro da PUC.	Metodologia do seminário.

DC 06	O objetivo do grupo é levantar as percepções que os atores da rede têm sobre a temática e quais propostas que os mesmos tem para políticas e intervenções voltadas para o autor de violência sexual doméstica.	Objetivo dos subgrupos que aconteceram no seminário
DC 06	tevemos a informação que uma ONG de campinas está elaborando um projeto destinado ao autor de violência sexual. No entanto, nenhum membro desta ONG participa desta comissão que vem discutindo esse assunto, evidenciando a desarticulação entre o CMDCA e os serviços dos municípios,	Fragmentação da rede socioassistencial.

UNITARIZAÇÃO – DC 07 GRUPO DE TRABALHO		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
DC 07	Este encontro foi bem curto e direcionado para acertar os últimos detalhes da organização do seminário, como: distribuição da comissão organizadora no evento, traslado dos palestrantes do aeroporto para PUC, pessoas que acompanharam e farão tradução para a palestrante internacional, etc.	Organização do seminário.
DC 07	Estamos em período eleitoral e no dia anterior o presidente do CMDCA manifestou na televisão durante a propaganda eleitoral seu apoio à um dos candidatos à prefeito de Campinas.	Impasses políticos dentro do CMDCA.
DC 07	Tal atitude do presidente do CMDCA causou revolta nos participantes, uma vez que como representante de um órgão público ele não poderia tomar partido de nenhum candidato em rede nacional, diante disso os membros do grupo solicitavam que os demais conselheiros do CMDCA tomassem alguma atitude em relação ao ocorrido.	Impasses políticos dentro do CMDCA.

DC 07	Alguns membros do grupo dispararam e-mail para diversas listas manifestando sua posição contrária ao atual presidente do CMDCA por seu apoio ao candidato a prefeito em rede nacional e também pelo fato do mesmo estar respondendo a processo judicial de roubo de carga.	Impasses políticos dentro do CMDCA.
-------	--	-------------------------------------

UNITARIZAÇÃO – DC 08 GRUPO DE TRABALHO		
SIGLA	TRECHO	INTERPRETAÇÃO
DC 08	Foi apresentada a avaliação dos participantes do evento. Esta avaliação foi realizada a partir da contabilização e categorização das fichas de avaliação do evento que foram distribuídas ao final do seminário.	Avaliação do seminário
DC 08	Tal avaliação foi de maneira geral positiva, o único ponto destacado como negativo foi a questão do tempo.	Avaliação do Seminário.
DC 08	a avaliação dos organizadores foi de maneira geral positiva destacando apenas como pontos a serem melhorados para o próximo seminário: a questão do tempo e a participação de outras secretarias (saúde, educação e judiciário).	Avaliação do Seminário e intersetorialidade.
DC 08	A falta de intersetorialidade é um problema muito grande percebido pelo grupo, durante a discussão se remeteram a uma polemica ocorrida durante o seminário quando uma funcionária da saúde se manifestou dizendo que a saúde realiza vários serviços, mas que segundo os membros do grupo, serviços esses que não correspondem às demandas reprimidas que percebem no seu cotidiano de trabalho.	Falta de intersetorialidade.
DC 08	Diante do problema da intersetorialidade foi levantada a proposta que no próximo encontro seja feita uma reunião ampliada, convidando membros	Alternativa para minimizar o problema com a

	de outras secretarias (saúde, educação e judiciário) para participarem do grupo.	intersetorialidade.
DC 08	Foi discutido também qual seria os objetivos dessa reunião e ficou definido que seria a princípio deixar claro qual é o intuito deste grupo e conseguir atrair pessoas de outras secretarias para participarem do mesmo, se unirem a causa e trazerem as percepções e ações que sua secretaria vem ou não fazendo, e que poderiam realizar em relação a temática.	Esclarecimento sobre o objetivo da organização do grupo.
DC 08	A questão de esclarecer os objetivos do grupo foi levantada por dois motivos: 1) Após o seminário surgiram boatos de que a PUC estava realizando atendimentos ao autor de violência; o outro motivo é que na avaliação dos participantes foi sugerido para o próximo seminário que fossem tragas experiências exitosas em de atendimento ao autor de violência.	Justificativa para o esclarecimento da criação do grupo.
DC 08	Diante disso viu-se a necessidade de esclarecer e ressaltar que os intuídos do grupo são fortalecer os trabalhadores para a discussão teórica e política sobre o tema, para que a partir do conhecimento aprofundado sobre a temática e da conjuntura de Campinas (processo de conscientização) possam buscar, junto às instituições pertinentes e responsáveis uma atenção maior em relação à temática do autor de violência.	Objetivo do grupo de estudos.
DC 08	Nesse sentido o objetivo do grupo e do seminário tem um intuito de contribuir para reflexões e ações mais políticas, coletivas e ampliadas, ao invés de se pensar e propor ações isoladas e particulares.	Objetivo do grupo de estudos e do Seminário, juntos aos profissionais.
DC 08	Outra discussão levantada foi acerca da importância da participação do grupo no conselho municipal de assistência social, pois tal espaço de controle social encontra-se bem enfraquecido e com pouca representatividade.	Espaço legitimado de fiscalização e proposição de ações referentes às demandas discutidas no grupo.

VII. BIBLIOGRAFIA

Azevedo, M. A., Guerra, V. A (2005). *Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes- Um Cenário em (des)construção*. Disponível em www.unicef.org

Balbinotti, C. (2008). A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítima de abuso. *Rio Grande do Sul*.

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, Distrito Federal: Senado.

Brasil (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Ministério de Desenvolvimento Social. Secretária de Assistência Social.

Brasil (2005a) *Norma Operacional Básica NOB-SUAS: contribuindo as bases para a implementação do Sistema Único de Assistência Social*. Ministério de desenvolvimento Social. Secretária de Assistência Social.

Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA*. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. Campinas S.P.

Bravo, M. I. S.; Pereira, P. A. P. (2002). *Política social e democracia. 2ª Ed. São Paulo: Cortes; Rio de Janeiro: UERJ*.

Brito, A. M. N., Zanetta, D. M. T., Barison, S. Z. P. e Andrade, V. A. G. (2005). Violência Doméstica contra crianças e adolescentes: um estudo de um programa de intervenção. *Temas Livres Ciência e Saúde Coletiva* (p. 143-149).

Cardia, N., Shiffer, S. (2002). Violência e Desigualdade. *Ciência e Cultura*. São Paulo (p. 25-31).

Carvalho, J. M. (2009). *Violência Doméstica infantil: Aspectos do cuidar psicológico*. Disponível em www.bibliotecadigital.puc-campias.edu.br.

Conselho Federal de Psicologia (2009). *Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção*. Impresso 1ª ed. Brasília – D.F.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (2013). *Comissão de Enfrentamento a Violência Doméstica contra a Criança e ao Adolescente*. Disponível em www.cmdca.campinas.sp.gov.br

Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação de Serviços Socioassistenciais. Texto da resolução 109, 2011.

Coutinho, C. N. (2011). A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de estado e revolução. *São Paulo: Brasiliense*.

Ezébios Filho, A., Guzzo, R. S. L. (2006). Fatores de Risco e Proteção: Percepção de Crianças e Adolescentes. *Temas em Psicologia* (p. 125-141)

Euzebios Filho, A., Guzzo, R. S. L. (2009). Desigualdade Social e Pobreza: Contexto de Vida e de Pobreza. *Psicologia e Sociedade* (p. 35-44)

Faleiros, V. de P. (1991). O que é Política Social. *São Paulo. Ed Brasiliense. 5ª edição*.

Faleiros, V. de P. (1997). Saber profissional e poder institucional. *São Paulo: Cortes*.

Franco, A. (1995). A reforma do Estado e o terceiro setor. In: Pereira, L. C. B.; Whilheim, J.; Sola, L. *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo

Gandini, A. Jr. (2006). *Apontamentos sobre as políticas públicas dirigidas à infância e à adolescência no estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba.

Góis, C. W. de L. (2001). A Formação do Psicólogo Escolar e a Educação no Terceiro Milênio. *Ciências da Saúde* (p. 277-297).

Gonzáles Rey, F. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia – caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thompson.

Guizardi, F. L., Pinheiro, R. (2006). Dilemas sociais, culturais e políticos da participação dos movimentos sociais nos Conselhos de Saúde. *Temas Livres: Ciência e Saúde Coletiva* (p. 797-805).

Guzzo, R. S. L (1999) Novo paradigma para formação e atuação do Psicólogo escolar no cenário educacional brasileiro. In Guzzo, R. S. L. (org.) *Psicologia Escolar: LDB e Educação Hoje*. Campinas, Ed. Alínea.

Grupo Técnico de Estudo e Análise GTEA (2012) *Pobreza e riqueza em Campinas e Região: breve balanço da primeira década do século 21*. Recuperado em 15 de outubro de 2013 em www.marciopochmann.com.br.

Habgzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H. & Machado, P. X. (2006) *Fatores de Risco e de Proteção na rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual*. Disponível em www.scielo.br/prc

Hofling, E. M. (2001): *Estado e Políticas (Públicas) Sociais*. Cadernos Cedes, não XXI, nº 55, nov.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013). *Censo Demográfico*. Disponível em www.ige.gov.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEAS (2012). *Sistema de indicadores de percepções sociais*. Disponível em www.ipea.gov.br

Janiake, E. (2012): *Psicologia e Assistência Social: Reflexões sobre a atuação no “Terceiro Setor”, à luz da Psicologia Crítica*. Dissertação de Mestrado disponível em: www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br

Konder, L. (2008). *O que é dialética?* (28ª ed). São Paulo: Brasiliense. (Obra original publicada em 1981).

Lacerda, F., Guzzo, R. S. L. (2005). Prevenção primária: análise de um movimento e possibilidades para o Brasil. *Interação em Psicologia* (p. 239-249).

Landim, L (2002): *Experiência Militante – História das assim chamadas ONGs*. Lusotopie v. 1 p. 215-239

_____ (1993). Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8742 de dezembro de 1993, publicou no DOU de 8 de dezembro de 1993.

Martin-Baró, I. (1989). *Las consecuencias psicológicas del terrosmo político*. Transcrição da apresentação no Simpósio sobre as consequências psicológicas do terrorismo político, em Berkeley, Califórnia, 17 de janeiro de 1989. Transcrição: Ignácio Dobles.

Martín-Baró, I. (1990a). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicossocial em El Salvador. In: I. Martín-Baró (org.) *Psicología social de la guerra: trauma y terapia*. (pp. 9-12). San Salvador: UCA Editores.

Martin-Baró, I. (1996). O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia* (p. 7-27)

Martín-Baró, I. (2006). Hacia una psicología de la liberación. *Revista electrónica de intervención psicossocial y psicología comunitaria*, 1 (2), 7-14.

Martins, L. M. (2006). *As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa*. 29º Reunião Anual da ANPED, 2006. Educação, Cultura e Conhecimento: desafios e compromissos, 2006. v. 1.

Marx, K., Engels, F. (1977). *Para conhecer a história*. São Paulo: Projeto

Mello, S. L. (1999). Estatuto da criança e do Adolescente: É possível torná-lo uma realidade psicológica. *Psicologia USP* v. 10 n 2

Minayo, M. C. S. (1999). *O Desafio do Conhecimento- Pesquisa Qualitativa em Saúde*, São Paulo - Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO.

Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22 (37), 7-32.

Montãno, C. (2004). *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortes.

Montãno, C. E. (2007). *Serviço Social frente ao Neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional*.

Montero, M. (1999). *De la realidad, la verdad y otras Ilusiones Concretas: Para uns Epistemología de la Psicología Social Comunitaria*. (p. 9-17) Venezuela: Psyke

Montero, M. (2004). El quehacer comunitário. *Introducción a La psicología comunitaria: desarrollo, conceptos e procesos* (p. 171-196). Buenos Aires: Paidós

Netto, J. P. (2011), *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. Expressão Popular

_____ (2006). Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas. NOB-RH/SUAS. Ministério de Desenvolvimento Social. Secretária Nacional de Assistência Social. Brasília

Penteado, A. T. C. & Silva, A. M. B. da (2011). *Crianças e adolescentes em situação de rua, políticas sociais e urbanas: Os diferentes usos dos territórios da cidade de Campinas/SP- Brasil*. Second International Conference of Young Urban Researchers, 2011, Lisboa/Portugal.

Pimentel, A. (2001), O Método da Análise Documental: Seu Uso Numa Pesquisa Historiográfica. *Cadernos de Pesquisa* 114 (p. 179-195)

Prefeitura Municipal de Campinas – PMC *Plano Municipal de Assistência Social (2014 – 2017) - Mapa de inclusão/exclusão social da cidade de Campinas*: Secretária de Assistência Social. Disponível em www.campinas.sp.gov.br

Prefeitura Municipal de Campinas (2007-2013) – PMC *Sistema de Notificação de Violência SISNOV*. Disponível em www.campinas.sp.gov.br

Prefeitura de Campinas (s/d). *Procedimento de Referenciamento de Famílias ao CREAS-Protocolo PAEFI*. Disponível em www.campinas.gov.br. Recuperado em 05/11/2013

Prilleltensky, I. (1994). The moral and politics of psychological discourse. Psychology and the status quo. *New York: State University of NY Press*.

Pochmann, M. (2012). Reconquistar a cidade: o conhecimento das estratégias das mudanças. *São Paulo: Perseu Abramo*.

Poletto, M., Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos promotores de resiliência, fatores de risco e proteção. *Estudos de Psicologia Campinas* (p. 405-416)

Ribeiro, M. H. (2013). *Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: reflexões sobre críticas sobre as ações e dilemas profissionais*. Dissertação de mestrado Disponível em www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br.

Rizzini, I.; Pilotti, F. (2009). A arte do governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil In: Rizzini, I.; Pilotti, F (orgs), *2ª Ed. São Paulo: Cortes*.

Rozas, G. (1992). Desarrollo, participación y psicología comunitária. *Revista de Psicología* vol. 111 nº1. Departamento de Psicología de la Universidad de Chile

Santos, J. V. T. (2004). Violências e dilemas do controle social nas sociedades da modernidade tardia. *São Paulo em Perspectiva* (p. 3-12).

Santos, Milton (1988). Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. *Hucietec. São Paulo*.

Sá-Silva, J. R; Almeida, C. D., Guindani; J. F (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais* 1 (1-15).

Senra, C. M. G. (2009). *Psicólogos Sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento*. Disponível em www.bibliotecadigital.puc-campias.edu.br.

Silva, J. M. C. (2010). Controle social das políticas públicas no Brasil: caminho para uma efetiva democracia. *Fortaleza/Ceará: Universidade de Fortaleza*.

Silva, M. O. S.; Yasbek, M. C.; Giovanni, G. Di (2011). A Política Social Brasileira no Século XXI: A Prevalência dos Programas de Transferência de Renda. *São Paulo: Cortes, 2011*.

Souza, J. F. V. (2009). *Parque Oziel 10 anos de Luta: uma análise dos conflitos de desigualdade e meio ambiente*. Anais do Congresso Nacional do CONPEDI. São Paulo.

Sposatti, A. (2007). A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. *9º. ed. São Paulo: Cortes, 112 p.*

Sposatti, A. (2007). A menina LOAS: um processo de construção da assistência social. *3º. ed. São Paulo: Cortes, 84 p.*

Trivinos, A. N. S. (1987). Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais A pesquisa Qualitativa em Educação. *São Paulo: Atlas S.A*

Trombeta, L. H. A. P (2000) *Resiliência em Adolescentes: Estudo Preliminar de Variáveis e Medida*. Tese de Doutorado PUC Campinas.

Vedruscolo, T. S., Ferriani, M. das G. C. & Silva, M. A. I. (2007). As Políticas Públicas de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica. *Ver. Latino-am de Enfermagem*.

Yamamoto, O. H. (2007). Políticas Sociais, Terceiro Setor e Compromisso Social: Perspectivas e Limites do Trabalho do Psicólogo. *Psicologia e Sociedade; 19 (1): 30-37; jan/abr*.

Yamamoto, O. H., Oliveira, I. F. (2010). Política social e psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, (p. 9-24).

Yazbek, M. C. (2008). Questão social, desigualdade, pobreza e vulnerabilidade social. (sÍ: s. n.).

Yazbek, M. C (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social*. São Paulo (p. 288-322).

Weber, M. A. L., Guzzo, R. S L. (2009). Respeito à Crianças na Educação Infantil: Visão de Pais e Educadores. *Pesquisa e Práticas Sociais*. São João del Rei.